



BIBLIOTECA
DO
SENADO FEDERAL

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XII — N.º 143

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 14 DE SETEMBRO DE 1957

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 29, de 1957

Determina o registro do termo de contrato de locação celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e a Companhia Cerâmica Brasileira.

Art. 1.º — É determinado o registro, denegado pelo Tribunal de Contas em sessão realizada a 27 de outubro de 1955, do termo de contrato celebrado a 27 de Julho, do mesmo ano, entre o Serviço do Patrimônio da União e a Companhia Cerâmica Brasileira, para locação do terreno situado à Rua Visconde de Niterói, n.º 132, em São Cristóvão, no Distrito Federal.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de setembro de 1957.

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação
de "vetos" presenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do artigo 46 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 24 e 26 do corrente mês, às 21 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presenciais:

Dia 24:

Veto ao Projeto de Lei (n.º 6, de 1955, na Câmara dos Deputados e n.º 6, de 1957, no Senado Federal) que regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social.

Dia 26:

Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.168, de 1955, na Câmara dos Deputados e n.º 282, de 1957, no Senado Federal) que cria cédulas de crédito rural, e dá outras providências.

Senado Federal, 2 de Setembro de 1957

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Aessa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.

Secretário — Senador Lima Teixeira.

Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

Secretário — Senador Vitorino Freire.

Secretário — Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Suplente — Senador Mourão Vieira.

Suplente — Senador Prisco dos Andrade.

Comissão Diretora

Lima Teixeira.

Apolônio Sales — Presidente.

Freitas Cavalcanti.

Vitorino Freire.

Kerginaldo Cavalcanti.

Mourão Vieira.

Prisco dos Santos.

Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissões F permanentes

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Melo — Presidente.

Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente (2).

Gilberto Marinho.

Benedito Valladares.

Gaspar Veíoso.

Ruy Carneiro (1).

Lourival Fontes (3).

Lima Guimarães.

Daniel Krieger.

Atílio Vivaqua.

Lineu Prestes.

1) Substituído temporariamente pelo Sr. Alcealdo Jurema.

2) Substituído temporariamente pelo Sr. Mário Pôrto.

3) Substituído temporariamente pelo Sr. Lauro Hora.

Secretário — Míécimo dos Santos Andrade.

Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Juracy Magalhães — Presidente.

Comissão de Economia

Fernandes Távora — Vice-Presidente. (1)

Alô Guimarães.

Carlos Lindemberg.

Gomes de Oliveira.

Lineu Prestes.

1) Substituído temporariamente pelo Sr. Carlos Saboya.

Secretário — Renato Chaves.

Reuniões às Terças-feiras, às 10 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente (**).
Ezequias da Rocha — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Mourão Vieira.
Reginaldo Fernandes.
Mem de Sá (*).
Ary Viana.
Substituições:
Novae Filho (*).
Lauro Roha (**).
Secretário — Diva Gallotti.
Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Lameira Bittencourt.
Ary Vianna.
Onofre Gomes.
Paulo Fernandes (1).
Carlos Lindemberg.
João Mendes.
Lima Guimarães.
Jausto Cabral.
Daniel Krieger.
Juracy Magalhães.
Júlio Leite (2).
Othon Mäder.
Lino de Mattos.
Novae Filho.
Domingos Velasco.
Suplente.

Gaspar Veloso.
Mourão Vieira.
Atílio Vivacqua.
Otacilio Jurema.
Linneu Preses
Mem de Sá.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Sobral Barreto.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Lutterbach Nuns.

RELATORES DESIGNADOS PARA O ORÇAMENTO DE 1958

Anexo nº 1 — Receita — Sr. Juracy Magalhães.
Anexo nº 2 — Poder Legislativo — Sr. Domingos Velasco.
Anexo nº 3.01 — Tribunal de Contas — Sr. Fausto Cabral.
Anexo nº 3.02 — Conselho Nacional de Economia — Sr. Fausto Cabral.
Anexo nº 4.01 — Presidência da República — Sr. Lima Guimarães.
Anexo nº 4.02 — DASP — Senhor Lima Magalhães.
Anexo nº 4.03 — Estado Maior das Forças Armadas — Sr. Lima Guimarães.
Anexo nº 4.04 — CRIFA — Senhor Lima Guimarães.
Anexo nº 4.05 — Comissão de Reparações de Guerra — Sr. Lima Guimarães.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARS	FUNCIONARIOS
Capital e Interior	Capital e Interior
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	Exterior
Año	Cr\$ 136,00
	Año
	Cr\$ 108,00

— Exceituadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sómente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Redação

- 1 — Ezequias da Rocha — Presidente
2 — Gaspar Veloso — Vice-Presidente *
3 — Argemiro de Figueiredo **
4 — Saulo Ramos ***
5 — Sebastião Archer
* Substituído, inteiramente, pelo Sr. Abelardo Jurema
** Substituído, interinamente, pelo Sr. Mário Pôto
*** Substituído, interinamente, pelo Sr. Mourão Vieira

Secretaria — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

- Eorgino Avelino (1) — Presidente
João Villasboas — Vice-Presidente
Lourival Fontes (2).
Bernardes Filho.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Auro Moura Andrade.
Gomes de Oliveira.
Ruy Palmeira.

(1) Substituído provisoriamente pelo Sr. Abelardo Jurema.

(2) Substituído provisoriamente pelo Sr. Vivaldo Lima.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 hs.

Secretário: J. B. Gastejón Branco.

Comissão de Saúde Pública

- 1 — Reginaldo Fernandes — Presidente.
2 — Alô Guimarães — Vice-Presidente.
3 — Pedro Ludovico.
4 — Ezequias da Rocha.
5 — Vivaldo Lima.
Mathias Olympio (1).
Mem de Sá (2).
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Guimarães.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Novais Filho.
Secretária — Diva Gallotti.
Reuniões — Quintas-feiras às 18 horas.

Comissão de Legislação Social

- Neves da Rocha — Presidente.
Ruy Carneiro (1) — Vice-Presidente.
Sylvio Curvo (2).
Leônidas de Mello.
Fausto Cabral.
Joaõ Arruda.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Abelardo Jurema.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Mário Motta.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Segurança Nacional

- Onofre Gomes — Presidente.
Caiado de Castro — Vice-Presidente.
Alencastro Guimarães.
Maynard Gomes.
Francisco Galloti (1)
Sá Tinoco.
Sylvio Curvo (1).
(1) Substituído temporariamente pelo Senador Mário Motta.
Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas.
Secretário: Romilda Duarte.

Comissão de Serviço Público Civil

- Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Caiado de Castro.
João Mendes.
Mem de Sá.
Secretária: Julieta Ruocero dos Santos.
Reuniões: às quintas-feiras, às 18 horas.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- 1 — Novais Filho — Presidente.
2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente.
3 — Francisco Gallotti (2).

4 — Nelson Firma (3).
 5 — Coimbra Bueno (1).
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Frederico Nunes.
 (2) Substituído temporariamente pelo Sr. Remy Archer.
 (3) Substituído pelo Sr. Ary Vianna.
 Reuniões: às quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais

De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
 Georgino Avelino — Vice-Presidente.
 Atílio Vivacqua — Relator.
 Filinto Müller.
 Secretário: José da Silva Lemos.
 Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba

Mathias Olympio — Presidente.
 Domingos Vellasco — Vice-Presidente.
 Mendonça Clark — Relator.
 Parsifal Barroso.
 Coimbra Bueno.
 Ezequias da Rocha.
 Secretário Francisco Soares de Arruada.
 Reuniões: Sextas-feiras, às 15 horas.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

José Villasboas — Presidente.
 Mem de Sá — Vice-Presidente.
 Gaspar Veloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
 Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
 Lameira Bittencourt.
 Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
 Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
 Atílio Vivacqua — Relator.
 Alberto Pasqualini.
 Lino de Mattos.
 Secretário — Sebastião Veiga.
 Reuniões — Quintas-feiras.

Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
 Ruy Carneiro.
 Filinto Müller.
 Francisco Gallotti.
 Argemiro de Figueiredo.
 Othon Mäder.
 Kerginaldo Cavalcanti.
 Júlio Leite.

Ernâni Sátiro — Vice-Presidente.
 Aarão Steinbruch — Relator Geral.
 Tarso Dutra.
 Jefferson Aguiar.
 Cunha Mello — Presidente.
 Moura Fernandes.
 Licurgo Leite.
 Silvio Sanson.
 Lourival de Almeida.
 Raimundo Brito.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2

Atílio Vivacqua — Presidente.
 Lima Guimarães — Vice-Presidente.
 Gilberto Marinho.
 Ruy Carneiro.
 Gaspar Veloso.
 Saulo Ramos.
 Lourival Fontes.
 Caiado de Castro.
 Argemiro de Figueiredo.
 Daniel Krieger.
 Mem de Sá.
 Alvaro Adolpho.
 Alo Guimarães.
 João Villasboas.
 Lino de Matos.
 Sá Tinoco.
 Reuniões às ...-feiras às ... horas.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
 Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
 Gustavo Capanema — Relator.
 Afonso Arinos — Relator.
 Lopo Coelho.
 Bilac Pinto.
 Batista Ramos.
 Arnaldo Cerdeira.
 Filinto Müller.
 Ary Vianna.
 Cunha Mello.
 Coimbra Bueno.
 Juracy Magalhães.
 Bernardes Filho.
 Secretários Lazary Guedes e José da Silva Lisboa.

Comissão Mista de Estudo do Problema do Inquilinato

Gaspar Veloso — Presidente.
 Badaró Junior — Vice-Presidente.
 Abelardo Jurema — Relator.
 Abílio Bastos — Revisor.
 Senador Lima Guimarães.
 Senador Argemiro de Figueiredo.
 Senador Alílio Vivacqua.
 Deputado Chagas Freitas.
 Deputado João Menezes.
 Deputado Tarcísio Maia.
 Secretário — Francisco Soares de Arruada.
 Reunião — Quartas-feiras.

ATA DA 144.ª SESSÃO DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 13 DE SETEMBRO DE 1957.

PRESIDÊNCIA DO SR. APOLÔNIO SALLES.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Cunha Mello — Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Sebastião Archer — Victorino Freire — Leônidas Mello — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Carlos Saboya — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Apolônio Salles — Novais Filho — Jarbas Maranhão — Sobral Barreto — Jorge Maynard — Lauro Hora — Neves da Rocha — Lima Teixeira — Pitombe Cavalcanti — Atílio Vivacqua — Ary Vianna — Sá Tinoco — Paulo Fernandes — Alegre Castro — Gilberto Marinho — Bernades Filho — Benedito Valladares — Lima Guimarães — Lineu Prestes — Lino de Mattos — Coimbra Bueno — Pedro Ludovico — Mário Motta — Jodo Villasboas — Othon Mäder — Alo Guimarães — Gaspar Veloso — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Saulo Ramos — Primo Beck. — (46).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores.

Havendo número regimental no recinto, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2.º Suplente, servindo de 2.º secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, pesta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

Expediente

OFÍCIOS

Da Câmara dos Deputados, nos seguintes termos
 Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1957.

N.º 1.438

Senhor Secretário:

Em confirmação a entendimento verbal da Diretoria Geral, solicito a Vossa Excelência se digne providenciar no sentido de que calha a essa Casa do Congresso Nacional metade das despesas desta Câmara com a realização de sessões conjuntas, no Palácio Tiradentes, para apreciação de vetos presidenciais.

Aproveito o ensejo para referir a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração — Nicanor Silva — Segundo Secretário, servindo como Primeiro.

A Comissão Diretora.

Do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, como segue

Em 6 de setembro de 1957

Excelentíssimo Sr. 1.º Secretário:
 Passo às mãos de Vossa Excelência, em anexo, as informações prestadas pela Prefeitura do Distrito Federal, relativas a requerimento do Senhor Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e consideração. — Victor Nunes Leal, Chefe do Gabinete Civil.

G. P. 2.192.

Em 30 de agosto de 1957

Senhor Presidente:

Com relação ao Ofício 17.935, de 28 de março do corrente ano, no qual Vossa Excelência me transmite o ofício do Senhor 1.º Secretário do Secretário do Senado Federal concernente a requerimento de informações

do Senhor Senador Kerginaldo Cavalcanti, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência o seguinte:

1) Chegaram, realmente, ao Gabinete do Prefeito, diversas reclamações de moradores da ilha de Paquetá — contrários à construção no centro residencial daquela ilha, de um forno incineratório de lixo.

2) O assunto foi amplamente estudado pela administração municipal e não sendo encontrada outra solução além da construção de um forno incineratório, está, entretanto, o Departamento de Limpeza Urbana examinando a possibilidade de construir em local diverso daquele que provocou as reclamações aludidas no item 1º.

3) Já existe contrato firmado para a construção do referido forno incineratório, entretanto a firma contratante aceita que o mesmo seja feito em qualquer ponto da ilha de Paquetá, o que possibilitará o atendimento das sugestões dos moradores da localidade, que indicam para esse fim o sítio onde, atualmente, está o vazadouro do lixo.

São as informações que tenho a apresentar a Vossa Excelência, com relação ao acudido requerimento do Senhor Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência as expressões de meu mais alto apreço e distinta consideração. — Francisco Neigrão de Lima — Prefeito do Distrito Federal.

Ao Requerente

TELEGRAMAS

De congratulações pela passagem da data comemorativa da Independência do Brasil:

Excelentíssimo Senor Presidente Senado Federal Brasil

Palacio Legislativo Rio de Janeiro. Senado Peru sesion hoy con motivo conmemoracion aniversario patrio Brasil rindio a iniciativa Senador Porras Barrenechea con adhesión Senadores Manchego Munoz Ordegozo Sarmiento Vivar y Mendizabal expresivo homenaje esa Republica formulando fervientes votos por creciente progreso y prosperidad nacionales stop Expresole esta oportunidad de testimonio alta distinguida consideracion. — Enrique Torres Belón Presidente Senado Peru.

Senor Presidente del Senado de los Estados Unidos del Brasil Rio

El Senado de la Republica Oriental del Uruguay resolvio expresar al Senado de los Estados Unidos del Brasil sus sentimientos de fraterna admiracion en ocasion de cumplirse el 135 aniversario de la Independencia Nacional stop Saluda al Senor Presidente Ledo Arroyo Torres Presidente José Pastor Salvanach Secretario.

Do primeiro secretário, em exercício, da Assembleia Legislativa do Maranhão, como segue

Presidente Senador Federal Rio de Janeiro

Acordo requerimento deputado Araújo Neto vg líder minoria vg aprovado unanimemente vg levamos conhecimento vossa excelência senhor governador Estado violentando preceito constitucional ausentou-se Estado reüssando se passar exercício seu substituto legal vice governador Alexandre Alves Costa pt Secretário Interior Justica ocupou militarmente sede Governo impedindo exercício vice governador pt Assembleia Legislativa reunida enviou comissão palacio a fim fazer sentir secretário Interior violência contra Constituição vg não sendo recebida pt Tal fato inédito vida política Estado cuja administração se encontra aceitada pt Cordilheira saúdades Vera Cruz Ribeiro Marques Primeiro secretário em exercício

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. (Pausa).

Esteve ontem no Senado a Sra. Michiko Fujúvara, senadora japonesa

que, de passagem por esta capital, veio visitar esta Casa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, por cessão do Senador Assis Chateaubriand, primeiro orador inscrito.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente, a dúvida abre dois caminhos em nosso espírito.

No campo das cogitações intelectuais, ou da pesquisa científica, ela é benéfica, pois é um início do conhecimento e leva à verdade; só os ignorantes não duvidam e então praticam o êrro inocente inconscientemente.

E duvidando do que sabe que o homem aprofunda os seus estudos em determinado sentido para alcançar ao mais alto cimo do conhecimento.

E se poderia dizer então, que duvidar é quase saber para se aprender sempre mais, até chegar-se às grandes descobertas ou à verdade.

Mas, a dúvida no terreno da confiança, da fé, é perniciosa, pois é o começo da negação e leva à destruição ao espírito do indivíduo ou a anarquia à alma coletiva.

A fé religiosa ou cívica só comanda até o desaparecimento, pela dúvida; no esforço individual ela é negativismo, é desânimo, é fracasso.

E que é o que estamos vendo no mundo dos nossos dias, sobretudo nos países menos desenvolvidos, a começar pelo nosso?

É a dúvida na vida política insinuada nos espíritos quanto ao regime democrático.

Ditadura e comunismo ganham proporção de fantasia e não apenas pelo esforço dos seus preceitos mas também pela inadvertência dos seus próprios adversários.

As divergências políticas extremistas levam políticos e imprensa a invocar, com freqüência, a ditadura não tanto como solução que se pretenda, mas como ameaça que nos rode.

Diz-se-a que os povos participam daquele espírito infantil que só se acalma ou se educa pelo medo ao bicho-papão.

Infelizmente, entre nós, essa figura não é invenção, porque já vimos e sentimos a Ditadura e dela só nos libertamos a duras penas! Jamais poderemos de novo admiti-la.

Não deveremos, portanto, continuar a levantar contra o cidadão, que deixou de ser candidato para ser Chefe da Nação, as diatribes da suspeita que as campanhas acesas houvessem, por acaso, suscitado.

Quando um Ministro dos mais direitos cidadãos e precisamente aquele a quem cabe a responsabilidade de prover aos meios indispensáveis à defesa da Constituição, depois de ter demonstrado por atos, a sua fidelidade ao regime, afirma e reafirma a sua fé democrática, não havemos de pôr em dúvida a sua sinceridade.

Não seria demais lembrar aqui, o contraste da sua atitude com a daquele outro Ministro da Guerra que, em entrevistas e declarações quase diárias à imprensa, ameaçava a Constituinte de 34, com os seus famosos arromadeiros que, afinal, marcharam sobre o Congresso em 37.

Sobre improcedentes essas suspeitas seriam ainda perigosas para as instituições porque podem acomodar a Nação a falsas idéias e suscitar a outros ambícios que levam o regime à perdição como naquele ano 37.

Diz-se-a que esse estado de espirito em que vivemos, ainda é uma continência das paixões subdesenvolvidas, políticas e econômicas.

Não devemos ser um povo curado das tentativas ditatoriais, não apenas

pela lição penosa que os povos vizinhos nos têm dado, tão frequentemente, mas pela nossa própria experiência, sobre todo um país imenso como o nosso, de difícil controle, a que uma guerra civil levaria a uma desagregação fatal.

Devemos dar por ultrapassado a fase de agitação com os militares, pois só no debate franco, não extremado, nas discussões do Parlamento e da Imprensa, no clima de liberdade, no regime democrático, praticado todos os dias, estará a melhor forma para aperfeiçoamento da democracia.

Porquê pois, levantar e, mesmo, cultivar dúvidas, quando precisamos de confiança e de fé?

Temos uma Constituição que se aperfeiçoou, aproveitando a experiência e sabedoria de outra então recente, e poderemos melhorá-la ainda dentro das fórmulas que ela mesma contém.

Ai estão base e refúgio à nossa fé democrática.

Cultivando o respeito à Constituição, estaremos varrendo dos espíritos ideias dissidentes ou presumindo-nos contra o pessimismo, contra os deblatadores impenitentes que só vêem nuvens negras no horizonte.

Animo-me, ainda, a dizer estas palavras apoiando as sucessões que aqui tem trazido o nobre Senador Novaes Filho, em discursos frequentes, exaltando a necessidade de maior compreensão entre os homens públicos do País.

O Sr. Novaes Filho — Permite V.s.s.a Exceléncia um aparte?

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Novaes Filho — Constitui para mim, além de conforto, verdadeiro estímulo verificar que homem da altitude moral e da ação parlamentar do nobre colega se coloca no caminho que tenho palmilhado, pedindo sempre a atenção do povo brasileiro para essas normas que reputo necessárias ao melhor desenvolvimento da nossa vida democrática.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Muito enriquece meu modesto discurso o aparte do nobre Senador Novaes Filho; sobretudo, emocionam-me os conceitos carinhosamente emitidos e já tantas vezes repetidos com referência ao orador.

O Sr. Novaes Filho — Com justiça.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Haveremos de encarar a nossa vida pública com otimismo para que possamos confiar.

Confiar em nós mesmos, para o êxito da nossa ação individual, confiar nas virtudes do nosso povo para que ele possa trabalhar e progredir, confiar nas instituições para a consolidação definitiva do regime, confiar enfim, no futuro do Brasil.

Sr. Presidente, é este meu discurso quase uma despedida. Como sabem os nobres colegas, devo partir para missão oficial, sinto como que uma anteviagem das coisas que gostarei de ver, no meu País, de longe, sinto. Senhor Presidente, como uma antecipação a saudade que terei das coisas brasileiras do meu Estado, dos meus amigos, dos meus companheiros de partido e dos amigos e colegas desta Casa. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães, terceiro orador inscrito. (Pausa).

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Mauá Vieira, quarto orador inscrito.

O SR. MOURÃO VIEIRA:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Matos, quinto orador inscrito. (Pausa).

Ausente S. Ex.^a, dou a palavra a nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, sexto orador inscrito.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Não foi revisto pelo orador) —

Sr. Presidente, quem se der ao trabalho de ler os nossos órgãos da imprensa matutina, verificará que os seus esforçados colonistas procuram oferecer uma definição, que conceituam à sua maneira, sobre o nacionalismo. Esse é o tema reiterado; assim, quem deseja elucidar-se, poderá procurar, nesses jornais, a explicação do que é ou deva ser o nacionalismo.

O significativo é que os galhardos defensores afeiçoram de tal modo a definição aos seus interesses, que se poderá estabelecer na opinião pública confusão prejudicial.

Sr. Presidente, como acertadamente se diz que não há fumaça sem fogo, essas campanhas não surgem de nada; e têm, por trás de si, um motivo que, finalmente, se revela contrário aos interesses nacionais.

A princípio, os línguas do entreguismo surgem como doutrinadores desinteressados, quase seráficos; vestem-se ou tingem-se com um pouco de sociólogos, de especialistas e vêm à doutrinação confeccionada os seus interesses ou com os alheios, de forma que no instante oportuno, surja desmascarado o desejo dos trusts internacionais.

Já a esse tempo, escorados, estão eles numa parcela iludida da opinião pública, cujas vantagens auferem.

Os angélicos defensores que todos os dias perdem o tempo para dar ao povo a pilula de uma definição que retrate seus interesses e seus pontos de vista, não se cansam, e afinal de contas, nós outros, os nacionalistas, se não estivermos de todo alertas, vibraremos a ser surpreendidos por medidas que prejudiquem ao Brasil, contrárias ao interesse coletivo, apresentadas, todavia, com aquela encantada, aquela patina romântica com que o entreguismo sobreiro seu propósitos.

Sr. Presidente, seria melhor que,

em vez de convencer a Nação de que somos jacobinos, inimigos do capital estrangeiro, que declarem elas, com a semi-cerimônia que os caracteriza, que a exata, a clara definição de nacionalismo é realmente o " entreguismo". Deveriam dizer que, ao seu ver, bom nacionalista é quem pretende que o Brasil receba alguns dólares, e, em troca, entregue aos trusts internacionais todo o nosso petróleo. É uma definição perfeita, admirável, do nacionalismo, à moda entreguista, e não sabem elas porque este povo de cabeça tão dura, como é o brasileiro, ainda não se convençeu disso.

Sr. Presidente, seria interessante que os entreguistas dissessem ao povo brasileiro que ser nacionalista significa, à troca de alguns dólares, entregar aos capitalistas norte-americanos o material atômico que existe em abundância em nosso País. Pois, para

que o Brasil quer tório? Para que o Brasil quer afeição monárquica? Para que o Brasil quer urâno? Para que

precisamos disso, dirá o entreguista aforçado. E apresenta-nos, a seu vez, uma definiçãozinha do nacionalismo. E o pior é que em postos-chave da administração pública, encontram-se alguns saboadores entreguistas, que deveriam ter escrúpulos de servir a um Governo como o do Sr. Juscelino Kubitschek, que proclama à Nação ser nacionalista.

Esses homens de duas caras são os que nos tiram à face, todos os dias, como labéu, que somos jacobinos,

apenas somos nacionalistas e defensores, portanto, da emancipação econômica do Brasil, lutando contra tudo, para assegurar à nossa gente situação de progresso, a exploração das nossas riquezas minerais e o desenvolvimento de setores básicos da produção.

Nós, os nacionalistas, não precisamos que percam tempo através do jornalismo subsidiado, para nos dizer o que devemos entender por nacionalismo. Desta tribuna, temos, várias sem conta, asseverado que o nacionalismo, como tendência sociológica e política, estrutura-se nas aspirações fundamentais de um país, e corporifica-se na energia dos cidadãos, na disposição de luta e na conquista de postos avançados, indispensáveis a nações que, como o Brasil, têm relevante papel para o futuro.

Sr. Presidente, também proclamamos que não temos querer aversão ao estrangeiro, porque, a não ser o indígena, este País formou sua gente no caldeamento de duas outras raças — a branca e a preta — que vieram de fora e, hoje, constituem esse *metting pot* que é o Brasil, esse cadiño, de onde surge uma nacionalidade vigorosa. Resta-nos, apenas, Senadores, libertarmo-nos da opressão que nos esmagava.

A libertação econômica da nossa Pátria, entretanto, não deverá causar inimizades pelo capital estrangeiro. Só a má-fé impenitente dos entreguistas, o desespérado daqueles que não conseguem levar nosso petróleo para seu bolso — nacionais ou estrangeiros — poderão dizer que temos má vontade à entrada dos capitais alienígenas.

Não queremos, Sr. Presidente, é o capital estrangeiro de fachada como dizem ter vindo para este País; pois, enriquecem-se e devolvem, em moeda real, o que para aqui não trouxeram. Desejamos dinheiro que, realmente se inverta e promova iniciativas de caráter pioneiro. Aquela outro capital que já vem depois dos nacionais, enfrentará mil dificuldades, para ministrar, apesar de anular o pionerismo indígena, contra ele, sim, levantamos a nossa voz, porque na verdade nenhum povo permite ato dessa natureza.

Diz-se que nós, os nacionalistas, somos os responsáveis pelo fato de fugirmos das nossas plagas capitais americanos, ingleses, franceses ou alemães, que buscam outras paragens mais propícias.

Sr. Presidente, isto é uma atoarda futil. O Brasil é um dos países para onde hoje convergem capitais, não obstante a circunstância — e apesar disso — de muito mais capital ainda é o que aqui sai, de acordo com algumas leis estúpidas, que beneficiam seja o capital real, seja o fictício, das empresas estrangeiras.

Há setores da nossa vida econômica que afi estão a pedir as atividades da iniciativa privada, convidando os exemplos da free-enterprise, que, no entanto, são de tal cautela que só se abalam a certos passos, quando têm a segurança de que não lhes faltará o chão sob os pés.

Sr. Presidente, quando vejo alguns órgãos de imprensa e certos publicistas divulgarem, com uma prosa deramada, que o Estado é o pior dos administradores e as empresas estatais estão fadadas a insucesso — e apontam aqui e ali os exemplos — rio-me de tudo isto, porque, se examinarmos a situação das empresas privadas, verificaremos também que, dia a dia, elas estão a falir, o que revela má administração, e que dia a dia o Estado é chamado a suprir as deficiências das mesmas, tais como as de navegação, com subsídios de toda sorte.

Se, porém, o Estado malgumas de suas atividades, consegue de fato van-

tagens, o "crime" então torna-se maior. Para que o Estado ganhar dinheiro? Para que o Estado prospere? Melhor será que entregue aos "inocentes tubarões", os coitados! os frutos dessa obra, para que possam apresentar melhor gordura e mais óleo para as vitaminas próprias.

Sinto, Sr. Presidente, grande piedade por esses infelizes desembaraçados, pobres tubarões a quem cabia o benefício do capital pioneiro do Estado, de modo a que a Nação engordasse o porco para que eles comessem a linguiça.

Se dizemos que Volta Redonda progride; se declaramos que é empresa em franco desenvolvimento; se afirmamos que a Petrobrás vem realizando os seus objetivos, saíndo quase do nada há apenas três anos; se clamamos que mesmo sob o aspecto comercial, oferece, de fato, suma vantagem, surge campanha tenaz, diária, sem complacência, impiedosa e implacável, para asseverar aos quadrantes nacionais que melhor seria entregarmos tudo nas mãos generosas da Standard Oill. Quando os entreguistas práticos, inimigos do nacionalismo, choram lágrimas de crocodilo, eu, brasileiro sentimentalista, sinto-me, às vezes, tão comovido, que não sei como não lanço mão também do lenço para lhes chorar as máguas.

E' compreensível mesmo! País como o Brasil, que tem a sua economia em parte tolhida e sabotada por interesses de empresas estrangeiras, um País como o nosso, com suas riquezas fundamentais nas mãos dessas empresas: País como o Brasil não pode e não deve, dentro da compreensão entreguista, libertar-se, porque essa liberação seria o fruto de uma empresa jacibina.

Sr. Presidente, temos declarado e reiterado que nada temos contra o capital estrangeiro, desde que se integre no nosso desenvolvimento. Se clamamos que se criem possibilidades à aplicação desses capitais; se reconhecemos que o braço alienígena é, da mesma sorte, indispensável, em país da imensa extensão do nosso, então que pretendem os que nos combatem? Que querem aquêles que nos apontam farpas ao coração? Desejaria que abramos os flancos indefesos às suas arremetidas, às suas ambições, ao seu egoísmo? Quererão comparar-nos a povos quase primitivos de subdesenvolvimento deplorável, onde o capitalismo lhos paga o trabalho diário com um punhado de arroz? Quererão reduzir a massa campesina, o proletariado a essa situação, para justificar esses lucros, a sua vida de nababos, a quem pouco importa a miséria da coletividade?

Se assim é, Sr. Presidente, somos jacobinos, confessamo-nos jacobitas; somos nacionalistas e extremados.

Ser nacionalista no Brasil é revelar muita coragem. Na verdade, neste País, se ponderarmos sobre o volume de riqueza em movimento, chegaremos à conclusão de que quase 80% está nas mãos de empresas foraneias. Daí não dispor a Nação da autonomia indispensável para viver condignamente, conforme a aspiração gravada nas linhas da nossa Constituição.

Ouço, Sr. Presidente, asseverar-se que caminhamos para um abismo. Conta-se e conta-se, pela palavra escrita ou falada, que a inflação, decorrente de salários e encargos, criou atmosfera irrespirável no País.

Em síntese, diz-se também que os nossos produtos, fruto do trabalho nacional, não podem concorrer lá fora, pela condição de gravosos. Dada a mão de obra, torna impossível o regime competitivo.

A primeira vista, o argumento impressiona. Descessemos, porém, a

mais profundo exame, encontrariamos a falsidade das premissas. Mister seria colocar o problema sob ângulo diferente; não examiná-lo com superficialidade, que, afinal de contas, traduz má vontade, aversão às leis trabalhistas, leis sociais, vitoriosas por fim, em nossa pátria.

Há, também, indivíduos que nos querem ensinar o nacionalismo à moda norte-americana. Aquêles que, vez por outra, com a simplicidade das almas sensíveis ao dólar, asseveram que não poderíamos subsistir, se por acaso abrissemos as nossas fronteiras, para que chegassem aqui, a preço baixo, a produção das manufaturas estrangeiras.

Ora, a algum incauto parecerá mesmo sedutor; entretanto, o primarismo do raciocínio não convence, pois as nações, mesmo as mais industrializadas, não permitem que no seu território ocorra fato dessa espécie. Tive, num desses passeios à Europa, ocasião de verificar coisas interessantes. Observei que de uma cidade para outra da Alemanha havia diferença no preço de certos produtos. Tomemos, como exemplo, muito conhecida "Água de Colônia" no Brasil. A que se fabrica em Colônia, famosa em todo o mundo, é vendida ali a determinado preço. Já em duas ou três cidades mais adiante quase não é encontrada, e a o ser, o preço é bem diferente.

Há mais: Se eu quiser, nesta hora, vou a uma casa de frutas e comprar peras, uvas e maçãs. Pois bem, quando cheguei na Europa, a ideia que levava era que, se no nosso país era fácil comer peras, comer maçãs, comer uvas, mais fácil o seria naquele clima que a mim se me afigurava mais propício a essa fruticultura. Foi grande surpresa quando, desejando uvas, constatei que não havia; quando desejava pêra, verifiquei que não havia; quando desejava maça verifiquei que maça não havia. Quando vim a encontrar, em Paris, uvas de tamanho insignificante, eram procedentes da Argélia. Por que, Senhor Presidente? Porque o europeu não gosta de importar; fá-lo é força.

Da Argélia, que é colônia francesa, ainda se justificava; mas importar uvas, pêras, maçãs? Não. Quem as quiser aguarde a oportunidade, isto é, o tempo da produção.

Sr. Presidente, escondemos tais fatos aos brasileiros. Assim como citei as frutas, muito poderia eduzir, para comprovar, que existe uma espécie de muralha, de barreira sólida, nas fronteiras de um país para outro.

Sr. Presidente, então, o Brasil, para que engordem francês, para que engordem alemães, para que engordem italianos, para que engordem japonenses, para que engordem ingleses e para que se tornem — não encontro outra palavra — obsessos os norte-americanos, deverá permitir que as indústrias altamente desenvolvidas nesses países venham matar a indústria aqui estabelecida, através de esforços de muitas gerações?

Eis por que sou nacionalista, Sr. Presidente.

Se o capital chega, se vem de fora, da Alemanha, dos Estados Unidos, da França, enfim, de qualquer lugar, e atira-se a uma iniciativa, não para nos esmagar ou sufocar aqueles que já ousaram ayançar nesse terreno, mas, para criar, não existe, de nossa parte, uma palavra, um gesto, uma atitude em contrário.

Não sei porque se pretende dar ao nacionalismo a feição de uma doutrina hierárquica, rígida, senão brutal. As doutrinas vivem, e como tudo que vive, certamente evoluem.

Sr. Presidente, é corrente aos de má fé apresentarem o nacionalismo como se fôra u'a manifestação histérica, um desses transportes com que se assomam, em certo instante, os povos, tal como ocorreu com o

capítulo esporádico da revolução francesa cu o da célebre revolução dos boxers, na China.

Não! O nacionalismo tem sido definido — e quantas vezes temos ocupado esta tribuna, para dizer-lhe como tendência evolutiva que de certo modo findará, tal o seu desenvolvimento, pela incorporação do nosso País na órbita do pensamento universal, direi melhormente na órbita do pensamento internacional. Não é possível, entretanto, numa nação subdesenvolvida como ainda infelizmente o somos, permitirmos nós não se exercer autodefesa, criando uma poupança, uma economia, sobre a qual possamos, assentados como os mais sólidos pilares, investir para o papel que nossas possibilidades nos destinaram.

O Sr. João Villasbôas — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com muito prazer.

O Sr. João Villasbôas — Faz Vossa Excelência magnífica exposição da tese nacionalista. Efetivamente, temos que preparar nosso País para se bastar a si mesmo, até certos limites. Fizemos, por exemplo, um grande trabalho de propaganda do plantio e desenvolvimento da cultura do trigo — apreciável fonte de esgotamento de divisas — no Brasil. Verifica-se, agora, no entanto, que o Governo celebrou acordo a nosso ver danoso aos interesses nacionais, para a aquisição de trigo americano; e a desonestade do contratante americano no fornecimento do produto está comprovada através de declaração do próprio Sr. Ministro da Agricultura, que foi aos Estados Unidos tratar de interesses nacionais e verificou terem os embarques sido feitos com grande proporção de trigo impróprio para o nosso consumo.

O Sr. Príncio Beck — Realmente, V. Ex.^a tem razão.

O Sr. João Villasbôas — Vê V. Ex.^a que precisamos ter o máximo cuidado, não sómente na defesa dos interesses internos do País, como na fiscalização desses contratos que fazemos com as nações estrangeiras, nos quais elas procuram burlar as obrigações assumidas e sacrificar os interesses nacionais.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito obrigado.

O Sr. Príncio Beck — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Lamento comunicar ao prezado colega estar findo o tempo regimental de que dispunha.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental, do expediente, a fim de que o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti conclua seu notável discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador João Villasbôas.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.) Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, para concluir seu brilhante discurso.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Agradeço ao Senador João Villasbôas e aos colegas a prorrogação concedida, sobretudo porque terei a oportunidade de ouvir o aparte do nobre representante gaúcho, Senador Di Príncio Beck.

O Sr. Príncio Beck — Reforçando o aparte do nobre Senador pela Minoría, transmito à Casa as informações que acabo de receber do meu Estado, aliás, as mais desassalitadoras.

Estamos em plena safra do trigo e, neste instante, o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Mário Meneghetti, se encontra nos Estados Unidos, empregando seus esforços no sentido de que o

acordo, o malfadado acordo realizado sem o seu conhecimento — e é de lamentar que se faça um acordo sem o conhecimento de um Ministro a cuja pasta se prende esse mesmo acordo — seja modificado, diminuindo-se a tonelagem do trigo excedente que deverá vir para o Brasil, ora fixado em um milhão e oitocentas mil toneladas. Digo e repito a esta Casa que é de se lamentar não tenham sido ouvidos os órgãos competentes, aquêles que se interessam pela triticultura do Brasil, tanto os do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, como os de Goiás, visto como esse Estado está se inclinando para a cultura do trigo. E' de se lamentar — repito — que não tenham sido ouvidos os órgãos competentes e devo dizer que o Presidente da Cooperativa dos Triticultores do Rio Grande do Sul me passou um telegrama que é um grito de protesto, verdadeiro libelo contra esse acordo que o Governo brasileiro assinou com os Estados Unidos, no sentido de recebermos um milhão e oitocentas mil toneladas de trigo. Nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, excuso-me por alongar meu aparte, mas preciso dizer que...

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.^a muito me honra.

O Sr. Di Príncio Beck — ...se Deus nos ajudar, este ano é muito provável que o Rio Grande do Sul chegue a produzir um milhão de toneladas de trigo. Entretanto, se recebermos todo esse trigo americano, e contando o nosso país com a produção gaúcha, não sei como iremos armazená-lo, pois não dispomos nem de aparelhagem, nem de silagem. O que é fato, nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, é que não deveríamos ter firmado acordo como o realizado com os Estados Unidos.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, se for eu, tido e havido, com a Graça de Deus, lá fora, pelos entreguistas, como nacionalista exaltado, que proferisse as palavras incisivas que acabo de ouvir de homem de alta circunspeção, como é o nobre Senador pelo Rio Grande do Sul, Sr. Príncio Beck, se fôr eu, nacionalista jurado, e rejuvenescido, graças a Nosso Senhor Jesus Cristo, que disse as palavras aqui ouvidas da boca do nobre Senador João Villasbôas, dir-se-ia: "aqui De Rei, socorro. Ali está um vermelho disfarçado".

O nobre Senador Assis Chateaubriand se se encontrara com aquela graça inimitável, numa dessas cadeiras, estou certo, exclamaria: "Aí está um tupiniquim, pintado de vermelho".

Mas, não, Sr. Presidente! Nenhum desses homens, que acabam de falar, em tom pausado e seguro, poderia ter qualquer coisa de que se repare; elas refletem, realmente, o pensamento dos brasiliros.

Sr. Presidente, em dias já distantes travei memoráveis batalhas oratórias com o ilustre Senador Assis Chateaubriand, inclusive sobre a possibilidade de desenvolvimento das plantações de trigo no Sul do País. Enquanto, S. Ex.^a asseverava, como conhecedor, que nosso solo era geralmente, impressionável, dada a sua acidez, eu superficial — reconheço — assegurei que, ao contrário do que ele supunha, disponhamos de grandes porções de terras aproveitáveis para a plantação desse nobre cereal. Afirmei, também, que os defeitos encontrados não só no nosso País como em outros, eram, hoje, facilmente corrigíveis, pela aplicação da química industrial e agrícola.

Sr. Presidente, temos pela frente retrato mais delicado, verdadeiro presente de grego, que, de certo modo, e desgraçadamente, faz o interesse norte-americano etilente com o nacional.

O Sr. Príncio Beck — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo o prazer.

O Sr. Prímo Beck — Dois interesses que se vão colidir. Dentro de quatro meses, estaremos colhendo trigo no Rio Grande do Sul.

Todos os triticultores, depois de colhido o cereal, desejam ir ao Banco do Brasil e aos moinhos para vender seu produto, a fim de amainar, novamente, a terra. Nesse mesmo período, porém, chegarão ao Brasil milhares de toneladas de trigo americano, e os compradores, por efeito de contrato entre o Governo brasileiro e os Estados Unidos, serão obrigados a ficar com o produto estrangeiro. O nacional, sem silvagem armazenagem, vai transformar-se em pó, como aconteceu há três anos, na cidade de Bagé, com 60 mil toneladas de trigo nacional.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — São esses negócios, Sr. Presidente, em que nós brasileiros, vezes entramos com boa fé e que os entreguistas dizem alto e bom som que o americano entra não só com sua produção, como com sua benevolência. Essa benevolência para conosco tem merecido tanto elogio que até me sinto em dificuldades para fazer um commento de natureza amarga como aquela que explodiu dos lábios do eminentíssimo Senador pelo Rio Grande do Sul. Amargas são suas palavras porque mal amargo será o pão do gaúcho; e amargo porque sábios brasileiros inimigos dos nacionalistas, os que nos chamam de jacobinos, de inimigos do Governo e povo norte-americano, apresento-me com um cabedal de ciência infinita, com uma larguezza de entendimento que nos confunde, para apresentar-nos o problema com as cores solares, com os encantos do arco-íris com que rodeiam, embelezam e deturpam a consciência do país. Creio, mesmo, que alguns desses conselheiros procurem iludir o alto patriotismo do eminentíssimo homem público que é o Sr. Juscelino Kubitschek, porque até hoje, nos meus contatos com o Sr. Presidente da República, não encontrei da parte de S. Ex.^a senão desejo fervoroso e sincero de bem servir ao povo brasileiro.

Mas, dizia eu no início deste discurso, para infortúnio do Governo, como aliás para desgraça de todos os governos deste País, há a seu lado a turma encapuçada dos entreguistas, que nos leva por caminhos que sabotam os esforços da Nação.

O Sr. Prímo Beck — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo o prazer.

O Sr. Prímo Beck — V. Ex.^a usou termo muito expressivo ao dizer que S. Ex.^a e o Sr. Presidente da República tem sido mesmo iludido. Posso informar a V. Ex.^a que o Líder do meu Partido na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Deputado Wilson Vargas, em janeiro ou fevereiro deste ano, dirigiu-se em carta ao Exm.^o Sr. Ministro da Agricultura, formecendo dades e referências sobre os transtornos que se poderiam ocasionar à triticultura sul-rio-grandense, como a do Paraná e de Santa Catarina, com o malfadado Convênio assinado com o Governo dos Estados Unidos da América do Norte. Hoje, acabo de ler nos jornais que um secretário de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República foi ao Rio Grande do Sul a fim de examinar a questão do trigo. Parece-me, entretanto, nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, que um secretário do Presidente da República não é a pessoa adequada a pessoa competente para resolver o problema.

Um técnico, um assessor do Serviço de distribuição do trigo no Brasil ou um homem que entenda da cultura do trigo, este sim, seria o indicado para ir ao Rio Grande do Sul e apreciar os males que essa importação de excesso de trigo, dos Es-

tados Unidos, vem trazer ao Rio Grande do Sul, ao Paraná e a Santa Catarina. Peço vênia aos nobres representantes de Santa Catarina e do Paraná para falar em nome dos seus Estados, mas, neste instante, só as regiões mais ameaçadas de sofrer grande prejuízo com o convênio que acaba de ser elaborado.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito obrigado, nobre Senador Prímo Beck. Note V. Ex.^a, como há forças poderosas trabalhan-

do contra este país.

Nós, os nacionalistas, reconhecendo embora que o produto estrangeiro nos pode chegar mais barato, não temos o intuito de permitir prevaler ponto de vista dessa natureza; pois, assim, contribuiríamos para os objetivos do concorrente alienígena, que é matar, no nascedouro, a iniciativa pioneira dos brasileiros.

Sr. Presidente, isto não se diz ao País, porque não convém aos sabotadores acobertados pelos trusts internacionais. Tenho, porém, ainda um ano para, como Senador, levantar minha voz de nacionalista, até o último dia, com o Governo, contra o Governo, ou apesar do Governo. Fará sentir à Nação que deve estar alerta na salvaguarda dos seus mais legítimos interesses, como soem ser os da produção triticola, petrolifera e atómica.

Se entregamos o petróleo, se não plantamos o trigo, se vamos a caminho de alienar o nosso potencial elétrico em favor das empresas internacionais — as quais já usufruem de tudo isso, — que nos restará senão a miséria; que restará aos brasileiros senão descamisamento? Quem reduzir-nos — e é realmente interessante, como expressão popular — a um povo de marmiteiros? Na realidade, somos os marmiteiros que queremos, como aquele rei de França, uma galinha aos domingos nas panelas dos trabalhadores. Neste sentido é que somos populistas.

Sr. Presidente, pedi a palavra nesta sessão para lançar mais uma advertência à mocidade brasileira. Dirijo-me aos jovens sobretudo; aos operários, camponeses, oficiais, soldados e marinheiros, aos moços industriais, capitalistas, homens de espírito novo, que têm sobre os ombros a tarefa de levar nossa Pátria por diante. Que estejam alertas!

Parecerá que não estamos em perigo; mas, na verdade o perigo é maior do que aparenta. Parecerá que tudo caminha normalmente; mas na verdade nada está seguro em nosso País. Território imenso como o nosso, de litorais extensíssimos, já vulnerados pela intervenção estrangeira, precisa formar uma muralha sólida de vontades, para que afirmemos, nós os brasileiros, os nossos propósitos, e mandemos em nossa casa.

Não quero ser agradável nem aos Estados Unidos, nem à Inglaterra, nem à França, nem à Itália, nem à Alemanha. Quero ser amigo de todos esses povos, mas muito mais amigo d'Brasil e dos brasileiros! Não desejamos que minha Pátria viva isolada, mas que, primeiramente, os nacionais se compenetrem dos destinos que lhe estão reservados. E acreditados purificados por essa modalidade de nacionalismo que é vigorosa, pura e construtiva, lancem os alicerces de uma grande pátria que se fará, não para imposição, aos outros povos, mas para compreensão e fraternidade com outras gentes.

O Brasil não deve tornar seu espírito moral pela barganha de bases militares a troco da fome dos povos subdesenvolvidos. O Brasil quer sim Sr. Presidente — e esse é o nosso pensamento, o maior pensamento do povo brasileiro — desenvolver-se para integrar-se na Humanidade e prestar a todos os povos, aqueles meios indispensáveis para que progredam e sejam felizes. O isolacionismo não se comprehende; mas compreende-se que nos retraiamos na defesa de um sistema que não podemos rebanhar que não podemos dilapidar como vem sendo feito. Não podemos dar de frente nossa petróleo. Queiram ou não esse petróleo e é nosso para o bem estar dos brasileiros.

Quem ou não temos que defender nossas matérias atómicas; não

podemos dar o nosso tório, para amanhã quando dele necessitarmos, o importarmos a preços escorchantes; não podemos desbaratar nossas areias monazíticas, vendendo-as a dez reis de mel coado. Essa fase felizmente parece que já passou. A consciência nacional está desperta.

O Sr. Prímo Beck — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Pois não.

O Sr. Prímo Beck — Não podemos também dar a nossa grande produção de carne bovina. O Rio Grande do Sul tem vinte mil toneladas para exportar e não o pode fazer em consequência de certas injunções que não se explicam e não são esclarecidas aos brasileiros.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Depoimento sobre depoimento; verdade sobre verdade definitivamente mais com os fatos, do que as palavras, o nacionalismo.

Nacionalismo é isso: sangue no coração dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) — Permito-me comunicar ao nobre orador que falta apenas um minuto para o término do prazo regimental de que dispõe para prosseguir na sua brilhante oração.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito obrigado, Sr. Presidente. O que havia justamente de brilhante na minha oração era o sangue da nossa gente, este, sim, é sangue nacionalista, porque é sangue da mais alta compreensão, é a certeza indeclinável, absoluta e integral de que o Brasil será, dentro em breve, uma das maiores potências do mundo. Seremos, sim, a maior potência de raça latina no Universo; vigorosos, com os costumes que nos irmam, do Prata ao Amapá; vigorosos na mesma língua, que tem a mesma expressão, a mesma vitalidade, quer no Norte, quer no Sul, no Nordeste, no Leste ou no Centro. Em toda a parte quase a mesma religião comum, quase o pensamento que é a força aglutinante da convicção nacionalista que nasceu no berço desta nacionalidade, que atravessou períodos amargos, para assegurar a unidade, de que tanto nos orgulhamos — gaúchos, pernambucanos, amazonenses, todos são nacionalistas. São não são nacionalistas — e assim mesmo como subterfúgio de ordem moral — os entreguistas.

Lembrem-se entretanto, de que o primeiro entreguista deste País se chamou Calabar; e, em Alagoas Matias de Albuquerque içou a corda que o enfocou, aos olhos da posteridade. (Muito bem; muito bem, Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 10, de 1957, que fixa em seis (6) o número de horas de trabalho diárias dos cabineiros de elevador e dá outras provisões (incluído em Ordem do Dia, em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior, a requerimento do Senador Gilberto Marinho), tendo pareceres favoráveis, sob números 791 e 792, de 1957, das Comissões de Economia e de Legislação Social.

O SR. OTHON MÄDER:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto em votação fixa em seis o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador. Não temos o que opor à suaprovável; ape-

nas formular algumas objeções, que servirão — creio — para, no futuro, aperfeiçoarmos a técnica legislativa.

O parágrafo único do art. 1º está assim redigido:

“É vedado a empregador e empregado qualquer acordo visando aumento das horas de trabalho fixadas no art. 1º desta lei.”

Sr. Presidente, quer-me parecer que essa disposição implica inconveniente para os próprios empregados, proíbe qualquer acordo ou entendimento entre estes e os empregadores, visando a estender, por mais alguns minutos ou horas o trabalho que os primeiros realizaram naquele dia.

São comuns no Rio de Janeiro, sabemos todos, as reuniões, à noite, em edifícios de muitos andares. Quando isso ocorre, pelo menos um cabineiro precisa fazer o serviço noturno, recebendo, naturalmente, pagamento extraordinário, o que significa ajuda, auxílio, melhoria de vencimentos, portanto, projeto dele próprio.

Como, no entanto, o parágrafo único do Art. 1º do projeto veda qualquer acordo no sentido de aumentar o número de horas de trabalho, parece-me que os maiores prejudicados serão os empregados, os quais, vez por outra, em dias acertados entre os diversos cabineiros dos edifícios, designariam um deles para ficar durante a noite, ganhando, dessa forma, salário extraordinário.

Ficaria estabelecido, portanto, que o número de horas de serviço seria de seis; e que só trabalhariam além desse período mediante pagamento suplementar.

Sr. Presidente, embora entendamos que o parágrafo único do Art. 1º prejudicará o próprio empregador, não vamos, nesta altura da tramitação da matéria, opor qualquer restrição. Caberia, talvez, emenda, mas não desejamos tomar a iniciativa de apresentá-la, para que a proposição tenha rápido andamento e o mais depressa possível se transforme em lei.

Todos sabemos que, há muito, os cabineiros aguardam essa reivindicação. A medida já constou de projeto de lei votado no ano de 1955 ou 1956 — não recordo bem. Depois de apreciada pelas duas Casas do Congresso subiu ao Senhor Presidente da República, que o vetou. Reduzia de oito para seis horas o trabalho diário dos cabineiros. O Veto, submetido à apreciação do Congresso, foi aceito e, assim, a proposição não se converteu em lei. Volta, agora, à deliberação do Congresso e, aprovada pela Câmara, penso que merecerá também o apoio do Senado. Darei meu voto a favor, embora com o reparo de que o parágrafo único do Art. 1º talvez possa prejudicar os cabineiros. Talvez fosse mais conveniente aos cabineiros que não se dissesse nada, pois quando tivessem disposição para trabalhar além de seis horas, o empregador estivesse de acordo, fácil seria um entendimento entre as duas partes; o cabineiro trabalharia mais uma ou duas horas, à noite, percebendo vencimento suplementar que iria auxiliá-lo neste momento, em que a vida está tão cara.

Com esse pequeno reparo, Sr. Presidente, dou minha aprovação ao projeto, fazendo apenas a crítica do que julgo inconveniente.

Seria oportuno tratássemos agora, Senhor Presidente, da questão da técnica legislativa. Vemos, a toda hora, nossas leis cheias de contradições, de erros e falhas, devidos principalmente à falta de boa elaboração. Não temos, ainda, boa técnica legislativa, e é esse fato reconhecido pelos estudiosos da matéria, como Temistocles Cavalcanti e Seabra Fagundes. Ambos se ocuparam do as-

sunto em conferência que pronunciaram na Conferência Nacional do Comércio, da qual tirarei um trecho para ler ao Senado, dada sua importância e oportunidade.

O Sr. Temistocles Cavalcanti falando sobre técnica legislativa disse:

Há, na realidade, o retardamento das instituições políticas em face do desenvolvimento técnico, para usar expressão mais geral, que abrange os homens e as questões do ponto de vista cultural, técnico e econômico. Esse conflito entre as instituições e a realidade da vida social moderna e que tem provocado, evidentemente, muitas das graves crises por que estamos passando.

V. Exa., Sr. Presidente, que Temistocles Cavalcanti atribui, até mesmo, as crises que a travessamos, a deficiência da nossa técnica legislativa.

Há uma concentração entre esses dois problemas, e os sociológicos, inclusive norte-americanos, têm se preocupado muito com o assunto.

Os problemas sociais, os problemas no homem que conhece muito bem as técnicas novas, mas desconhece a realidade social do povo que se vê a braços, de repente, ao mesmo tempo, com esses dois problemas gravíssimos. Sabemos que a evolução social tem que se fazer muito mais lentamente do que a evolução técnica. Foi o que se verificou nos últimos cinqüenta anos, depois que a moderna técnica, a grande indústria, a era atómica já iniciada transformaram completamente as condições de vida.

Esse o problema, em suas linhas mais gerais. Queria considerar apenas uma parte deles — a da técnica legislativa, a do trabalho do Poder Legislativo, que ainda obedece, em sua estrutura, em sua constituição, em sua formação, aos velhos princípios da democracia representativa e à função primordial dos Parlamentos, que é, na realidade, estabelecer as normas fundamentais, as normas que devem disciplinar a vida social não somente em um setor, mas em todos os setores da atividade humana, abrangendo, cada vez, área maior de penetração.

Sr. Presidente, a crítica de Temistocles Cavalcanti, a respeito da situação atual da elaboração legislativa no país e contundente: classifica — a de antiquada, em sua estrutura e formação.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Lamento comunicar ao nobre orador que está a terminar o tempo de que dispunha.

O SR. OTHON MADER — Concluirei, Sr. Presidente.

Se tivesse tempo, eu continuaria a leitura dessa crítica de Themistocles Cavalcanti, bastante instrutiva para nós. Esse ilustre jurista toca nos pontos nevrálgicos e aponta algumas soluções que, aplicadas aos nossos trabalhos legislativos, com toda a certeza, melhorariam consideravelmente a elaboração das leis do nosso país.

Ao concluir essas considerações, mais uma vez afirmo que nada tenho a opor ao Projeto de Lei da Câmara n. 10, de 1957, ora em votação; dar-lhe-ei nesse voto favorável. (Muito bem).

O SR. PRISCO DOS SANTOS:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presi-

dente, V. Exa. anunciou a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 10, de 1957, nos seguintes termos:

“Art. 1º É fixado em seis (6) o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador.

Parágrafo único. É vedado a empregador e empregado qualquer acordo visando o aumento das horas de trabalho fixadas no art. 1º desta lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Embora de acordo com essa proposta, desejamos fazer algumas considerações a respeito dela.

As doulas Comissões de Economia e de Legislação Social, examinando a matéria, manifestaram-se pela aprovação do mesmo. O nobre relator, Senhor Senador Gomes de Oliveira, na Comissão de Economia, entre outras considerações, alega o seguinte:

“Não se trata, aí, de um trabalho pesado mas, sem dúvida, de um trabalho enervante”.

Diz mais S. Exa. em relação ao cabineiro:

Preso a uma cabine de elevador, num serviço monótono, o homem deve cansar o espírito mais do que o comum dos trabalhadores.

Atenção especial, pois, a uma medida desta — a redução das horas de trabalho para eles, faz-se necessária, e, portanto, justa. Sr. Presidente, termina desta forma o relator, Senador Gomes de Oliveira:

Somos assim, peia aprovação do projeto;

O SR. VIVALDO LIMA — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PRISCO DOS SANTOS — Com muito prazer.

O SR. VIVALDO LIMA — V. Exceléncia, como médico, mais do que ninguém pode apreciar, sob este ângulo, a cuasa dos cabineiros.

O homem exerce sua função em ambiente confinado, estreito, restrito; portanto, só lhe pode ser prejudicial à saúde de trabalhar oito horas e tanto. Impressiona até o estado físico dos ascensoristas de edifícios de grande movimento. No caso de enguiço do elevador ficam presos às véses durante horas na cabine, no meio de pessoas emotivas, atacadas do sistema nervoso em virtude da paralisação, até que se movimente outra vez a máquina.

O projeto tem, também, alcance médico-sociológico, e V. Exa. como médico e Professor da Faculdade de Medicina do Pará, está dando ao Plenário esclarecimentos de grande utilidade.

O SR. PRISCO DOS SANTOS — Agradeço ao nobre Senador Vivaldo Lima, eminente ortopedista, a contribuição com que acaba de honrar as humildes considerações que estou fazendo em torno do projeto.

O SR. VIVALDO LIMA — Obrigado a V. Exceléncia.

O SR. PRISCO DOS SANTOS — Faço apenas justiça.

Sr. Presidente, peço agora, a atenção de meus ilustres pares para o parecer do ilustre relator na Comissão de Legislação Social, Senador Mário Mota, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 10, de 1957.

Entre outras considerações, S. Exa. estuda a natureza das tarefas dos cabineiros.

De fato, a natureza das tarefas dos cabineiros é de modo a causar-lhe estafa mental, tão monótonas e enervantes são elas.

Em ambiente fechado, sombrio, geralmente mal arejado, o cabineiro

sofre, inegavelmente, em seu psiquismo, as consequências de sua atividade.

Assim, cremos ser perfeitamente justificada uma providência como a em tela, reduzindo, de 8 para 6, as suas horas de trabalho.

Termina o nobre relator pronunciando-se favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos). — Permita-me comunicar ao nobre orador que está esgotado o tempo de que dispunha.

O SR. PRISCO DOS SANTOS — Vou terminar, Dr. Presidente.

Os Relatores das Comissões de Economia e de Legislação Social manifestaram-se favoravelmente à redução do número de horas de trabalho para os cabineiros; entretanto, além das perturbações de saúde mencionadas por Sua Exceléncia, outras poderão advir, porque o modo pelo qual esses empregados desempenham a profissão durante horas a fio postados de pé, verticalmente, pode provocar perturbações circulatórias e determinar o fenômeno do estase circulatório vulgarmente conhecido como varize que é o entumecimento, a dilatação das veias.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos). — Atenção! O tempo foi ultrapassado.

O SR. PRISCO DOS SANTOS — Lamento não poder conceder o aparte ao ilustre colega, Senador Kerginaldo Cavalcanti, por se ter esgotado o tempo.

O SR. VIVALDO LIMA — E pena que V. Exa. não possa continuar, porque está expondo brilhantemente o problema.

O SR. PRISCO DOS SANTOS — Obrigado a V. Exceléncia.

Sr. Presidente, encerro meu discurso, declarando que somos inteiramente favoráveis ao projeto. (Muito bem)!

O SR. PRESIDENTE: Em votação o projeto.

O SR. JOÃO VILLABOAS: (Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Constituição Federal, quando tratou de regular os interesses dos trabalhadores nacionais, prescreveu o horário máximo de oito horas diárias, excepcionalmente em casos excepcionais.

Deixou, ainda, ao legislador ordinário, dentro dessa grande chave de período máximo de oito horas, a faculdade de, em casos especiais, reduzir o tempo de trabalho, atendendo não sómente às condições em que se execute, como também às peculiaridades do trabalhador.

Os que estudaram o projeto em votação aquêles que o examinaram na Câmara dos Deputados e os que o fizem nas comissões técnicas desta Casa, reconheceram de absoluta justiça o ponto relativo à redução de oito para seis horas de trabalho dos ascensoristas.

Falou antes de mim o nobre Senador Prisco dos Santos, médico de alta medida, que examinou a matéria sob o ponto de vista sanitário; ou seja, das consequências sobre a saúde.

Demonstrou S. Exa. a alta conveniência, ou melhor, a necessidade da proposição.

Tenho, Sr. Presidente, colhido opiniões contrárias sobre a questão. Algam uns que a situação especial de trabalho dos ascensoristas difere de cidade para cidade. Exercem algumas sua profissão nas grandes capitais, em prédios de grande movimento, obrigando-se a permanentemente subir e descer o elevador, sofrendo as mutações de altitude durante oito horas consecutivas. Há, entretanto, nessas mesmas cidades e

notadamente, nas de menor movimento, aquelas que permanecem mais tempo parados.

Sr. Presidente, é preceito constitucional a uniformidade da Legislação do trabalho em todo o País. Logo nos primeiros parágrafos do art. 141, da Constituição se lê que a Lei obriga a todos em geral. É o princípio da equidade: a lei deve ser uma dentro do País, mesmo a Orçamentária.

A Lei Magna prescreve que a Lei de Meios não pode ser alterada durante o período de vigência, nem mesmo pelo Congresso.

Assim, entretanto, constantemente, desde a instalação da última República, em 1915, a alterações pelo Poder Executivo. Há reduções decretadas pelo Presidente da República, a fim de que o Orçamento se enquadre na arrecadação nacional.

Sr. Presidente talvez porque o Congresso acoimasse de inconstitucionais decretos dessa natureza, quando nem mesmo o Congresso o poderia fazer, outros governos reduziram o Orçamento de determinados Estados mas facilitaram a execução em outras unidades, atendendo a princípio particular a interesses políticos locais.

O Presidente da República, depois de estabelecer o Plano de Economia, abrangendo dotações generalizadas da Lei de Meios, passou a liberar verbas em face de solicitações, ora de Governadores de Estado, ora de Deputados e Senadores.

Deixa, assim, de ser uniforme a lei para o País; deixa de existir a igualdade a ser observada e aplicada em todo o território nacional. As reclamações, têm toda a procedência. Quanto ao projeto em votação, a legislação estabelece que o cabineiro de elevador deverá trabalhar seis horas por dia, quer no Distrito Federal, em São Paulo, no Amazonas, no Rio Grande do Sul ou em Mato Grosso. A legislação uniforme no tocante, obriga e, ao mesmo tempo, beneficia a todos os trabalhadores da classe.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) — Permito-me comunicar ao nobre orador que do tempo faltam dois minutos para o término.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito em adeus a advertência de Vossa Exa., Sr. Presidente.

Sobre o projeto já se pronunciaram, as Comissões Técnicas, dando-lhe absoluto apoio. Falarão, igualmente, amanhã, dois de meus mais brilhantes companheiros de bancada, emprestando-lhe integral solidariedade. Resta-me, portanto, declarar que meu voto será também favorável à aprovação da proposta. (Muito bem).

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, acaba o Senado de ouvir a palavra de tés ilustres representantes da União Democrática Nacional, os quais, embora com certa objeção, se manifestaram favoráveis ao projeto em votação.

Estou, assim, convencido de que o mesmo será aprovado; e dou como cumprida a promessa feita a ascensores do Distrito Federal, que me pediram de lhes dê a aprovação da matéria.

Espero, pois, seja esta votação hoje resolvida, e que os representantes da Minoria, coerentes com as palavras proferidas por alguns de seus membros, não lhe oponham dificuldades.

Era isto, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovaram, queiram permanecer sentados. (Pausa). Está aprovado.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, faço a verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação requerida pelo nobre Senador João Villasboas.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovaram o projeto. (Pausa).

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que aprovaram e levantaram-se os que o rejeitam. (Pausa).

Votação a favor do projeto 22 Senhores Senadores. Nenhum voto contra.

Não há número. Vai-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUAL RESPONDÉM OS SENHORES SENADORES:

Mourão Vieira — Prisco dos Santos — Álvaro Adolfo — Sebastião Archer — Vitorino Freire — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Kerginaldo Cavalcanti — Apolônio Salles — Sobral Barreto — Jorge Maynard — Lauro Teixeira — Neves da Rocca — Lima Teixeira — Pitombe Cavalcanti — Paim Fernandes — Alencastro Guimarães — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Bernardo Filho — Lucio Prestes — Gaspar Velloso — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Saulo Ramos — Príncipe Beck — (26).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 26 Senhores Senadores. Esta confirmada a falta de número. Fica adiada a votação.

Passa-se às matérias em face de discussão.

TEM A DISCUSSÃO ÚNICA ENCERRADA E A VOTAÇÃO ADIADA POR FALTA DE NÚMERO AS SIGUIENTES MATÉRIAS:

Projeto de Lei da Câmara n.º 51, de 1952, que homologa, para todos os Estados, a Lei n.º 559, de 12 de janeiro de 1950, do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a diplomação em curso, execuções de formação de professores primários, tendo Pareceres Contrários, sob números 100, de 1950, 320 e 781, de 1951, das Comissões de: Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

Projeto de Lei da Câmara n.º 143, de 1951, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário a justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo — crédito especial de Cr\$ 1.500.000 para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1950, tendo Parecer Favorável, sob n.º 801, de 1957, da Comissão de Finanças.

Discussão inicia, do Projeto de Lei da Câmara, n.º 159, de 1951, que modifica o art. 5º da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951, que altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular, tendo Parecer Favorável, sob n.º 773, de 1957, da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Pela ordem). (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente voto, pelo avulso,

que o projeto em discussão foi apenas, à Comissão de Constituição e Justiça. Como altera disposição vigente sobre crimes contra a economia popular, deseja requerer fosse encaminhado à Comissão de Economia. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre Senador João Villasboas que, em face de não haver número para votação do requerimento de V. Exa., ficaria ele prejudicado e prosseguiria a discussão. A Mesa, entretanto, tem poderes para retirar o projeto da ordem do dia a fim de completar-lhe a instrução. E' o que faço, determinando a retirada, para que a matéria seja encaminhada à Comissão de Economia.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito obrigado a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Esta está decidida a Ordem do Dia.

O SR. JORGE MAYNARD:

Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. JORGE MAYNARD:

(Para explicação pessoal). (Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, faz hoje trinta e seis que faleceu o saudoso Senador Maynard Gomes; devo dar conhecimento ao Senado do telegrama que recebi, de agradecimento pelas homenagens póstumas que lhe foram prestadas: (Lendo).

Jorge Campos Maynard, Senado Federal — Rio.

Queria agradecer, da tribuna do Senado, em nome da viúva e dos filhos, as homenagens póstumas tributadas ao saudoso marido e pai, pelos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, Clero, Forças Armadas e pelo povo. Nossa profunda gratidão ao Senador Lima Teixeira, organizador das dignas homenagens. Abraços, a Wellington".

Wllington é oficial da FAB, filho do extinto.

Sr. Presidente, a esses agradecimentos acrescento o meu próprio; e valho-me do ensejo para salientar a boa repercussão em meu Estado da homenagem que a Casa prestou ao saudoso Senador Maynard Gomes, armando câmara ardente em seu edifício.

Por ocasião do sepultamento, em Sergipe, o povo deu eloquente demonstração de quanto amava seu grande líder.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)!

Nada mais havendo que tratar, volto a encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte:

ORDEN DO DIA

1 — Continuação da votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara, n.º 10, de 1957, que fixa em seis (6) o número de horas de trabalho diárias dos cabineteiros de elevador e da outras providências (incluso em Ordem do dia, em virtude de dispensa de intervalo concedida na sessão anterior, a requerimento do Senhor Senador Gilberto Marinho), tendo pareceres favoráveis, sob números 791 e 792, de 1957, das Comissões de Economia e de Legislação Social.

2 — Votação em discussão única do Requerimento n.º 447, de 1957, do Sr. Mário Pôrto e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 156, § 3º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara, n.º 131 de 1957, que dispõe sobre créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nor-

deste, regula a forma de pagamento de prêmios pela construção de aqüeductos em cooperação e dá outras provisões.

3 — Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 448, de 1957, do Senhor Cunha Melo e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 156, § 3º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara, n.º 179, de 1957, que retifica a Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1957.

4 — Votação, em discussão única, da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 142, de 1957, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958 — Anexo 4.º — Poder Executivo — 4.º — Conselho Nacional do Petróleo (redação oferecida pela Comissão de Finanças, em seu Parecer n.º 803, de 1957).

5 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 74, de 1957, que concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Fernanda da Silva, filha de Francisco Francisco da Silva, ex-inspetor de linhas telegráficas do Ministério da Viação e Obras Públicas, tendo Pareceres Contrários, sob ns. 734 e 735, de 1957, das Comissões de: Constituição e Justiça e de Finanças.

6 — Votação em discussão única, da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 142, de 1957, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1957 — Anexo 4.º — Órgãos Auxiliares — Subanexo 3.02 — Conselho Nacional de Economia (redação oferecida pela Comissão de Finanças, em seu Parecer n.º 802, de 1957).

7 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 142, de 1957, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958 — Anexo 4 — Poder Executivo — 4.18 — Ministério das Relações Exteriores, tendo Parecer, sob n.º 805, de 1957, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda de plenário e apresentando as emendas de números 2-C a 16-C.

8 — Votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 23, de 1956, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Moinhos Brasileiros S. A. (MOBRASA), para o arrendamento de terreno na zona do porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, onde será construída uma instalação para moinho de grigo, ao qual o Tribunal de Contas recusou registro em sessão de 16 de setembro de 1955, tendo Pareceres Favoráveis, sob ns. 290, 291 e 787, de 1957, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Finanças; e de Economia.

9 — Votação, em primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1957, que substitui o art. 4º do art. 4º do Ato das Disposições Transitórias (incluso em Ordem do Dia, nos termos do art. 91, letra a, do Regimento Interno em virtude do Requerimento n.º 375, de 1957, do Sr. Senador Caiado de Castro, aprovado na 2.ª sessão extraordinária de 6 de agosto findo), tendo parecer contrário, sob n.º 774, de 1957, da Comissão Especial.

10 — Votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 51, de 1952, que homologa, para todos os efeitos, a Lei n.º 539, de 12 de janeiro de 1948, do Rio Grande do Sul que dispõe sobre a diplomação em curso estaduais de formação de professores primários, tendo Pareceres Contrários, sob números 166 de 1956, 363 e 781, de 1957, das Comissões de: — Com-

Ministra e Justiça; e de Educação e Cultura.

11 — Votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 143, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo — o crédito especial de Cr\$ 175.000,00 para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1956, tendo Parecer Favorável, sob nº 807, de 1957, da — Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 59 minutos).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR COIMBRA BUENO, NA SESSÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 1957, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Le o seguinte discurso)

Senhor Presidente, Senhores senadores,

Sou contra a obstrução, no momento. Sou contra a reforma eleitoral, no momento. Sou contra o recurso nitidamente parlamentar de obstrução no Senado, por julgá-lo no momento inoperante, capaz de acirrar os ânimos e criar uma barreira a entendimentos possíveis e essenciais à nossa evolução democrática, empurrando o problema para um angular infeliz, de vaideses e presunções — de início, pessoas, e no final, dos próprios partidos, — desfazendo assim a esperança que anima parlamentares e eleitores, de conseguirmos, sem desdouro para ninguém, um bom ou mesmo sofrível acordo, que é sempre preferível: a uma luta inócuă em busca de uma vitória de Pirro.

O Sr. Juracy Magalhães — Dá licença para um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Dentro em pouco ouvirei V. Ex.ª.

(Lendo)

Sobre a prática corrente de obstrução, julgo oportuno ler dois despachos telegráficos de Washington, do dia 29 de agosto, e publicados no concretado "O Jornal", desta Capital, no dia seguinte:

"Washington, 29 (FP) — O senador William Knowland, da Califórnia, líder da maioria republicana, que conferenciou com o Presidente Eisenhower, avisou-o de que era possível que o Senado, alvez pudesse reunir-se hoje ou amanhã, a despeito do "filibuster" iniciado pelo senador democrático da Carolina do Sul, Senhor Strom Thurmond, contra o projeto de lei dos direitos civis.

O "filibuster" é uma prática a que recorrem os congressistas norte-americanos que desejam retardar a votação de um projeto de lei, e que em geral consiste em falar durante horas. Thurmond, que começou a falar às 9 horas da noite de ontem, prosseguiu em seu discurso às 9 horas da manhã de hoje.

Senador Bate Recorde: Discurso de Dois Dias"

Washington, 29 (FP) — O senador Thurmond, democrata da Carolina do Sul, bateu esta noite o recorde de duração de um discurso no Senado. O congressista começou a falar na quarta-feira, terminando na quinta-feira à noite. Não se alimentou senão de laranjas e de tabletes de leite malado. O recorde anterior estava em poder do senador Wayne Morse, democrata do Oregon, desde 1953."

Sou contra a Reforma da novíssima Lei Eleitoral, no momento, por

surgir coincidente e justamente na ocasião em que o Superior Tribunal Eleitoral, após receber a dotação de cem milhares de cruzetões, ultimou provisões junto aos Tribunais Regionais e estes junto aos juizes Municipais, para, conjuntamente com os esforços dos partidos, autoridades, entidades cívicas e pessoas, deram a arrancada democrática que a todos anima, para atingirmos a tão ensaiada remoção de todo o eleitorado do País.

Se, ao invés de uma polémica, pudermos aplicar durante alguns dias os esforços, recursos de publicidade, horas de trabalho, tinta e papel de imprensa importado, no bom sentido de estimularmos e de auxiliarmos os que, em mais de dois mil municípios já estavam empenhados no cumprimento da nova Lei Eleitoral, — que nós mesmos elaboramos há menos de dois anos, depois de memoráveis batalhas parlamentares, — então iremos prestar um relevante serviço ao País e corresponder, com ações e palavras úteis e construtivas, à confiança daquelas que nos elevaram a tão altas posições políticas.

Melhor que minhas palavras, mais vale ler para o Senado discurso recente do eminente Ministro Luiz Gallotti, amigo comum de muitos de nós parlamentares, e cujo testemunho é insuspeito e da maior valia.

“ÚLTIMAS CONQUISTAS QUE APRIMORAM O NOSSO SISTEMA ELEITORAL”

Exaltadas ontem pelo Ministro Luiz Gallotti a adoção da cédula única, da folha de votação para o novo alistamento e o aprimoramento do nosso sistema eleitoral.

Ao agradecer a homenagem que lhe acaba de prestar o Tribunal Superior Eleitoral de que fora último Presidente, o Ministro Luiz Gallotti destacou a importância das últimas conquistas do nosso sistema eleitoral: a adoção da folha de votação do novo alistamento e a da cédula única.

Foi o seguinte o seu discurso: "Conicco por agradecer a Vossa Excelência, Senhor Ministro Rocinha Lagoa, a iniciativa desta homenagem e que, além de conceder-nos a honra de presidi-la, Vossa Excelência haja escolhido para orador, incumbido de saudar-me, o insignie Ministro Nelson Hungria, em quem se reúne o alto saber, que todos admiramos; a modestia, que faz com que receba sem irritação as nossas divergências, felizmente raras, mas que não nos perdona quando, merecidamente, o chamamos de mestre; a generosidade, de que dá prova tão patente nos concertos que acaba de enunciar a meu respeito.

O ilustre orador atribuiu bondosamente a mim méritos que são sobretudo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e dos eminentes colegas que integram este tribunal, sempre ajudado por um funcionalismo devotado e digno.

Repeto o que disse ao despedir-me desta casa:

Honra maior não me coube em toda a vida, do que a de presidir um Tribunal como este onde tem assento vultos expressivos da magistratura e da advocacia em nosso país.

E, se ele até aqui soube corresponder à confiança dos concidadãos, ainda mais a fortalece agora, quando se esforça com firmeza e sem hesitação por quem sejam mantidas e resguardadas as notáveis conquistas com que ultimamente se aprimorou o nosso sistema eleitoral: a cédula única, a folha individual de

votação com retrato; o novo processo de alistamento, em que o alistando tem de preencher, do próprio punho, na presença do escrivão ou do funcionário designado pelo juiz a fórmula impressa que lhe é fornecida.

A cédula única recebeu expressiva consagração nas eleições presidenciais de 3 de outubro de 1955, que me coube presidir.

A folha individual de votação com retrato, também foiposta em prática, ótimamente, nas primeiras eleições que com ela se realizaram no Estado do Paraná.

Por ela se eliminaram quaisquer modalidades de fraude que se praticasse anteriormente com os títulos, como a sua retenção, inutilização e compra, pois, mesmo sem o título, o eleitor poderá votar se comprovada sua identidade com base na respectiva folha individual, que estará em poder a mesa receptora.

Logo que apareceu o livro, já agora famoso, de Mario Palmeiro — "Vila dos Confins" — tive ocasião de notar, em discurso aqui proferido, que o escritor, apontando modalidades de fraude eleitoral que se cometiam no interior do País coloco em maior destaque, precisamente, aquela que a folha individual de votação suprime: a compra de títulos.

O novo processo de alistamento evita o eleitor analfabeto e impede o alistamento com o nome suposto. Reconheço quanto tem de respeitável o entendimento dos que reclamam a extensão do voto aos analfabetos, com fundamento na doutrina de sufrágio universal, em seu mais amplo sentido, e na consideração de que a igualdade obrigações do cidadão devem corresponder iguais direitos.

Mas, o voto dos analfabetos está proibido na Constituição. E não há como pretender endiar o mandamento constitucional por meio de uma simples lei ordinária. Seguirás, pois, os indicios de progresso do nosso sistema eleitoral... E mais defenderei, como tenho feito, de que melhorem os nossos costumes políticos. E quando falo nesta melhoria, nela comprehendo não só a supressão da ira e do terrível mal que é a crescente influência do dinheiro nas eleições, mas também a adoção de práticas mais lisas no que concerne ao reconhecimento da vitória dos eleitos, momente depois que a palavra deradeira a respeito passou a ser dada pelo Poder Judiciário, alheio ao entrecruz de paixões e interesses. Deve acabar o meu rezo de certos políticos, que só julgam honestas as eleições que vencem e ate de ilustres professores de Direito, que com profunda insinuação para nós, seus amigos e discípulos admiradores, hesitam por vezes, em responder se as decisões da Suprema Corte Eleitoral devem, ou não, ser acatadas.

Meus caros amigos:

O sentido desta homenagem supera, de muito, meu merecimento, que sei bem avaliar em sua modestia e real expressão. Mais a vossa generosidade há de ser estímulo para que eu prosseguia em meu labor de magistrado, fiel aos ideais que lhe constituem a essência, e devotado a um permanente esforço pelo bem de nossa Pátria."

(Interrompem a leitura):

Ouve, agora, o azaire do nobre Senador Juracy Magalhães.

V. Ex.ª que modificasse a ordem do seu discurso, e encontraria plena justificativa para a atitude obstrutivista dos seus colegas. Se Vossa Exceléncia dissesse em primeiro lugar, que era contra a reforma eleitoral e, em seguida, contra a obstrução, encontraria ali o caminho para demonstrar que os seus companheiros também são contra a obstrução. Usam-na apenas como método para atingir os objetivos daqueles que não contra a reforma eleitoral.

A obstrução é o recurso parlamentar que usamos para não serem atingidos os objetivos fraudulenos daqueles que querem alterar a lei a que V. Ex.ª se refere com tanto entusiasmo.

O SR. COIMBRA BUENO — No decorrer do meu discurso, espero demonstrar a V. Ex.ª que o sentido é justamente este de seu grato aparte. A ordem dos fatores, não altera o produto; eu não poderia em hipótese alguma colocar em dúvida os elevados objetivos da obstrução.

O Sr. Juracy Magalhães — No caso altera, e fundamentalmente, porque uma é consequência de outra.

O SR. COIMBRA BUENO — E o que procurarei demonstrar no decorrer do meu discurso.

O Sr. Juracy Magalhães — Sabe V. Ex.ª que não está em jogo, de ressa parte, nenhum interesse de prestígio pessoal ou partidário; o que está em jogo é a nossa intenção de atingir nosso objetivo político de evitar a fraude. Desde que isso nos seja assegurado, através de conversas com elementos de outros partidos que têm o mesmo nobre propósito de lutar pela verdade eleitoral, cessaremos imediatamente a obstrução. Saiba V. Ex.ª que as conversas neste sentido, com alguns grupos da maioria, são estimuladoras. De nossa parte, não há o menor propósito de evitar que essas conversas cheguem a bom termo, exatamente porque não estamos lutando por um problema de prestígio pessoal ou partidário. Essa retificação que gostaria Vossa Exceléncia fizesse, em abono dos esforços e sacrifícios que seus companheiros estão fazendo em benefício da Democracia.

O SR. COIMBRA BUENO — Exatamente o que espero afirmar, no decorrer do meu discurso que, apesar de já vir escrito, a meu ver, responde previa e favoravelmente, por essa retificação.

O Sr. Juracy Magalhães — Ouvirei V. Ex.ª com prazer.

O SR. COIMBRA BUENO — Naturalmente, não posso condonar processo corrente em todos os partidos democráticos, sobretudo nos países mais avançados. A obstrução é um recurso parlamentar, mas entendo que no momento poderíamos evitar que o "assunto derrapasse para questões fechadas de prestígio político de toda uma agremiação. Explicarei melhor o assunto ao retomar a leitura do meu discurso de hoje.

O Sr. Juracy Magalhães — Perdoe-me V. Ex.ª, mas rá incerteza. A obstrução é por nós praticada comete para atingir determinado fim. Não fazemos obstrução pelo gosto da obstrução.

O SR. COIMBRA BUENO — Em um ponto que, a meu ver, a leitura do meu discurso irá esclarecer definitivamente.

O Sr. Juracy Magalhães — Muitos meus para resguardar prestígio pessoal, político ou partidário.

O SR. COIMBRA BUENO — Tanto esse ponto será por mim abordado.

O Sr. Juracy Magalhães — Esta retificação que peço a V. Ex.ª é simbolicamente em favor da justiça. Sabe o espírito de justiça de Vossa Exceléncia é o mais alto, e assim indamanterá afirmação contraditória. Minoria sómente faz obstrução em consequência da tentativa de valer aqueles mesmos títulos eleitorais que tiveram oportunidade de exhibir há pou-

ao Senado, e que traduzem intenção�a-saudadora do voto. Vamos prosseguir, usando todos os recursos legais, porque a luta é de vida ou morte para a Democracia.

O SR. COIMBRA BUENO — Muito obrigado a V. Ex.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Pois não.

O Sr. Caiado de Castro — Permit-me o nobre orador, afirmar ao eminente Senador Juracy Magalhães que a vitória a Oposição já obteve, pois está provado que a Maioria não quer, ou não pode, dar número para votação.

Acredito mais, que a Maioria não daria mesmo dar esse número, porque nós temos verificado, quase dia-a-dia, que os Senadores da Maioria, presentes ao Senado, de muito supera o *quorum* necessário, mas na hora da votação estes mesmos Senadores se afastam do plenário.

O Sr. Juracy Magalhães — Aí é uma luta interna da Maioria, no qual não desejo intervir.

O Sr. Caiado de Castro — Meu ponto de vista pessoal é que devemos, então, aceitar o acordo e considerar, de antemão, que a Maioria está derrotada, pois o que não é possível é que o Congresso continue, como há vinte dias, sem funcionar, vendo todos os dias novos Senadores que se ausentam desta Capital. Ora, se com os atuais não conseguimos atingir o *quorum* indispensável à votação, e se outros colegas da Maioria vão retirar-se, não creia que atingiremos tão cedo número para votação. Isso tenho eu apurado, havendo mesmo lances, da tribuna, veementes protesto, como membro da Maioria, requerendo verificação de votação, ao perceber se encontrarem no recinto apenas 16 ou 17 Senadores quando o normal é estarem 32.

O Sr. Juracy Magalhães — A tese de V. Ex.^a, nobre Senador Caiado de Castro, é inteiramente verdadeira; só não a enxerga quem não tem olhos de ver. São ingentes os esforços da Minoria para que o Senado funcione normal e eficientemente, mas assim mesmo os resultados são precários. Imagine V. Ex.^a se, em vez de ajudar esse esforço construtor, nos oprimisse num ação obstrucionista! Evidentemente a tese de V. Ex.^a é certa. Inicialmente, está tomando muito tempo para a Maioria convencer-se da verdade por V. Ex.^a proclamada com sinceridade louvável, o que registro com a maior simpatia.

O SR. COIMBRA BUENO — Estes dois apartes, vieram contribuir, com valiosos esclarecimentos.

O que se dá em relação ao aparte do nobre Senador Juracy Magalhães, é que sou no caso mais otimista do que S. Ex.^a quanto ao funcionamento do Senado. Fui pego de surpresa quando soube da obstrução, nesta Casa, a qual não praticou até hoje, nem praticarei neste oportunidade. Entendo que este processo de obstrução, melhormente teria surgido e atingiria os mesmos objetivos visados, se envolvesse, pelo menos no início, sómente a Câmara dos Deputados, uma vez que sempre lhe foi reservada a 1^a linha, com papel mais atirado.

Nós, do Senado, temos conseguido, naturalmente à custa de muitos esforços, manter atitude naturalmente diferente da que norteia a Câmara dos Deputados, menos acirrada, mais conciliadora, sobretudo, quando no meio da borracha se busca a linha de interesse maior para o País.

Assim, sou no caso presente otimista e não incerto. Acredito que se tivéssemos, desde os primeiros dias, antes do início da obstrução na Câmara, aliados nossos em esta Casa, e sem prejuízo da obs-

forços e idéias, já teríamos provocado um acordo que, espero, de qualquer forma, haveremos de conseguir, para o bem da Nação. Não devemos, de modo algum, continuar em ferrenha batalha, precisamos de uma tregua. De resto, a obstrução na Câmara Federal, só era para atrasar a tramitação dos dispositivos essenciais, e assim dispensa a do Senado, que no caso abunda e prejudica.

O Sr. Juracy Magalhães — Só chegaremos a esse acordo à custa do nosso esforço, trabalho e devotamento.

O SR. COIMBRA BUENO — Entendo que mais facilmente podemos chegar a esse acordo, desde que não estabeleçam muros e barreiras, intransponíveis. Isto nós sabemos que, se o assunto caminhar como vai caminhando, deslocando-se o prestígio pessoal de alguns senadores e deputados, para, finalmente, envolver o prestígio político dos próprios partidos perante os seus eleitorados, a Maioria, que tem número suficiente de parlamentares, acabará echando a questão, para não dar o braço a torcer para impor sua vontade, no caso presente, servindo mais a interesses políticos transitórios e secundários, do que à evolução democrática do País.

No momento em que o assunto se encaminhar, para um tal plano do prestígio absoluto, de prestígio político de um partido majoritário ou da Maioria a Nação assistirá ao reavivamento do velho título eleitoral, no meu ponto de vista, inapropriado e inconveniente.

Entendo que nós, do Senado, já poderíamos ter conseguido, e ainda podemos, na defesa da linha de maiores interesses do país, um bom acordo, ou, mesmo, sofável, o que será melhor do que uma derrota, que não seria nem da Maioria nem da Minoria, mas, sim, do nosso progresso democrático e do regime; dai, a linha em que pessoalmente me coloquei.

No dia em que se obstruía, encontrava-me na Câmara dos Deputados; havia conversado com dezenas de Deputados da Maioria, amigos meus; todos, sem exceção, declararam-me, uns abertamente, outros veiadamente, ser contra a oportunidade e, sobretudo, o reavivamento dos já desprezados títulos eleitorais que, no consenso de todo o Parlamento e do Povo brasileiro, estavam definitivamente enterrados há uns dois anos.

Acho, portanto, que esses já supervados títulos eleitorais hoje, são de testados ou desprezados com ou sem razão, pelo Parlamento e povo brasileiros.

Todos nós antevemos assim qual será o resultado dessa campanha que não atingirá seu objetivo principal, que é evitar-se o reavivamento do inoperante e condenado título eleitoral, se não houver transições, de parte a parte, no bom sentido do interesse geral.

Quanto à questão de vencer ou convencer, sempre optei pela fórmula que, no meu modo de entender, é mais ardua e democrática; devemos convencer nossos amigos, devemos convencer-nos, em vez de derrotarmo-nos uns aos outros.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Com prazer.

O Sr. Juracy Magalhães — Vossa Ex.^a cursou a Escola Superior de Guerra. Não cometei, portanto, um abuso profissional, lembrando ao nobre colega que a guerra é uma luta entre duas vontades, e nela acaba predominando a vontade mais forte.

Nós, da Minoria, sabemos do destino que nos aguarda. Ao final, o "Rôlo Compressor" da Maioria há de funcionar, em detrimento do interesse nacional. Nem por isso, entretanto, desistiremos de lutar. Enquanto

tivermos recursos, demonstraremos que são empregados em benefício do povo. Se formos derrotados, os brasileiros aprenderão que, no próximo pleito, devem dar-nos maiores meios para lutar, mandando maior número de udenistas para as assembleias legislativas. Assim, estarão conseguindo melhores instrumentos de defesa dos seus interesses. A guerra foi imposta pela atitude obstinada da Maioria, querendo retroagir em conquista já obtida, como diz V. Ex.^a muito bem, com o assentimento da mesma Maioria e a aprovação do povo brasileiro. Esse retrocesso, agora, será um perigo para a vida democrática. Por isso mesmo, aceitamos a guerra como uma imposição dos fatos; não porque a desejemos. Desde que estamos na guerra, temos de usar todos os nossos recursos, para atingir nosso objetivo.

O SR. COIMBRA BUENO — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Pois não.

O Sr. Carlos Saboya — Tem-se explorado muito essa parte da obstrução, acusando-a de malefício ao povo.

O SR. COIMBRA BUENO — Não critico a obstrução, sobretudo na Câmara, mas sim o desentendimento entre os Senadores, neste momento. Ao contrário do nobre Senador Juracy Magalhães, acho que desta vez atingiremos um acordo razoável e o "Rôlo Compressor" não irá funcionar, em detrimento da evolução democrática do País.

O Sr. Carlos Saboya — Não há esse desentendimento. Nós, Senadores, entendemos magnificamente; lutamos polidamente, em plenário, depois, lá fora trocamos sorrisos e apertos de mão, conservando nossa camaradagem e o alto espírito que comanda todos os homens bem educados e de boa formação moral. Procurá-se, entretanto, criticar a obstrução, que, afinal de contas, é a arma de que dispõe a Minoria, para lutar contra a Maioria. Esta esmagava, vence, destrói, faz o que quer. A maioria é maioria e, como tal, se impõe, como disse, certa vez, o Sr. Nereu Ramos.

A nós, da Oposição, só nos resta gritar, para não sermos esmagados. Nossa grito é de revolta. É muito mais nobre morrer lutando do que recuar. Nossa obstrução, porém, não está causando nenhum malefício à Nação, nem ao próprio Governo; é apenas reação, na defesa de princípios, idéias e ideais. Não podemos, absolutamente, em momento algum, abdicar desse direito que nos é imposto pela nossa formação moral. A ação que ora desenvolvemos representa a reação de nossos sentimentos, e ecoará em todos os cantos do País. Não podemos aceitar as normas que querem implantar no Brasil. Nossa ação é sincera, pura e leal; usamos armas também leais. Assim como a Maioria pode esmagar-nos, nós também podemos evitar o esmagamento.

A Nação nada sofre com isto, pois não existe, em ordem do dia, nenhum projeto vital para a recuperação econômica do País.

O SR. COIMBRA BUENO — Existem dezenas, aguardando tramitação nas duas Casas do Parlamento.

O Sr. Carlos Saboya — Nem aqui nem na Câmara dos Deputados existem proposições que visem mitigar a fome do povo.

O SR. COIMBRA BUENO — Estamos nos preocupando mais com assuntos políticos.

O Sr. Juracy Magalhães — Vossa Ex.^a me perdoe, mas comete grave injustiça. Os escravos de interesse público são apavorantemente cuidados por nós.

O SR. COIMBRA BUENO — Retifico e completo minha declaração: os assuntos políticos, neste plenário, — vêm se impondo, roubando mais tempo, obtendo prioridade e desperdiçando mais interesse do que os de mais.

O Sr. Carlos Saboya — Há pouco tempo, estivemos todos irmados, votando o Projeto de Tarifas, que nos dissejam ser necessário à proteção da indústria e da economia nacionais. Nós, da Comissão de Finanças, agimos de tal forma que o nobre Senador Gaspar Veloso chegou a dizer que dayamos a impressão de constituirmos um só Partido.

Concordávamos magnificamente, dentro de grande compreensão e elevado espírito, em que havia necessidade de a lei ser votada com brevidade, porque assim reclamavam os interesses da Nação. No momento, porém, não existe qualquer mensagem do Governo propondo meios para tornar a vida do povo um pouco mais suave e amena. Pela Ordem do Dia de hoje, V. Ex.^a observará que os projetos em discussão e votação correspondem aos interesses do povo.

O SR. COIMBRA BUENO — Discordo de V. Ex.^a. Há inúmeros e importantes assuntos de ordem econômico-social em tramitação nesta Casa e na Câmara dos Deputados; peço a V. Ex.^a, que recorra a "reserva parlamentar" um abono desta minha afirmação.

O Sr. Carlos Saboya — Estamos procedendo de maneira leita e patriótica. Estejam V. Exas., certos de que, se amanhã algum projeto de lei interessar vivamente ao povo, iremos ao encontro da Maioria para, irmados, de braços dados, ombro a ombro, votarmos a proposição para rápidamente tramitação.

O Sr. Juracy Magalhães — Ademais, podemos salientar que os efeitos da obstrução serão reparados em dois ou três dias de trabalho normal do Senado.

O SR. COIMBRA BUENO — Acho que não, como procurarei mostrar no meu presente discurso, assim que o retomar a sua leitura; já estamos com 20 dias de estagnação e com perspectiva de muitos outros.

O Sr. Juracy Magalhães — Desde que a Maioria chegue a conclusão patriótica e procure encontrar o caminho de acesso mais fácil e normal à consecução dos seus propósitos, sem ferir e esmagar a Oposição, imediatamente após o entendimento, com dois ou três dias de trabalho normal, afirmo, todo o estrago da obstrução será reparado com simplicidade evidente.

O SR. COIMBRA BUENO — Fomos colegas em 1955, na Escola Superior de Guerra e sei que Vossa Excelência tem vasto conhecimento e longo tirocinio.

O Sr. Juracy Magalhães — Vossa Excelência honra-me sempre com a categoria de colega no Parlamento, na Escola Superior de Guerra ou em qualquer outra parte onde estejamos lutando pelos interesses nacionais.

O SR. COIMBRA BUENO — Entre outros conhecimentos de Vossa Excelência que para mim foi um verdadeiro catedrático na Escola Superior de Guerra — aprendi que a vitória numa batalha, muitas vezes, depende mais de Estratégia, de Estado Maior do que mesmo da luta direta no campo de ação.

O ponto de vista para o qual pedi a atenção de V. Ex.^a, no início, é o de que precisamos alcançar a vitória. É o que nos interessa. No caso presente, como já disse, sou talvez um pouco mais otimista do que Vossa Excelência. Para alcançá-la, deveríamos ter reservado à Câmara dos Deputados a obstrução, pelo menos enquanto tentássemos no Senado evitar que o projeto evoluísse, para uma questão de prestígio político dos próprios Partidos, provocando uma questão fechada, contra mesmo, muitos elementos da Maioria que, sabemos, não a apoiam de bom grado. Entendendo que se tivéssemos insistido em outros meios, combatido com outras armas, aqui no Senado, sem prejuízo

da obstrução na Câmara talvez já houvessemos atingido a vitória, que interessa ao povo.

Devemos fazer um trabalho hábil neste sentido, porque, no momento em que o problema se transformar em questão de prestígio e da partida, V. Ex.^a tem experiência e eu a adquiri no Senado — teremos a reforma eleitoral com o desastrado título e outras inconveniências, e não contendo as melhorias que poderão ser tentadas e obtidas no Parlamento de maneira imprecisa, mesmo acima dos Partidos. Allá, por esse processo se tem conseguido grandes vitórias, mormente no Senado, na sua função de Casa revisora, sempre em busca da linha dos interesses maiores do País. O que interessa vivamente à Nação, o que o povo hoje deseja é que não interfiram na evolução da democracia, votando leis de emergência, quase às vésperas dos pleitos.

Há meses venho trocando idéias com muitos colegas da Câmara dos Deputados e do Senado, a propósito do voto do analfabeto.

Devemos recuperar o analfabeto. Temos o dever de ir ao encontro, em socorro da classe dos homens que neste País produziram, na Colônia, no Império, na República e que ainda hoje nos alimentam, mas que sempre viveram condenados ao analfabetismo, — por todos aqueles que sempre constituiram uma pequena élite brasileira.

Deixemo-los mergulhados no interior, transformados em verdadeiros cargueiros dos que vêm de geração em geração, sendo os detentores da instrução, da política, da boa educação e nunca se lembraram de devolver, sobretudo aos que sempre labutaram na lavoura, na pecuária e nas fábricas, aquilo que lhe devem: algo de substancial para recuperá-los, para livrá-los do analfabetismo, cujo pelo menos não permitiu que seus filhos nele mergulhem.

Estamos dando, no momento, mais de dois bilhões de cruzeiros, por aí para uma interferência até certo ponto inconveniente, no ensino superior, ao mesmo tempo que negamos recursos ou verbas ao ensino primário. Seria mais lógico dispensermos bilhões de cruzeiros com a recuperação dos analfabetos, a fim de lhes darmos direito de particular da vida da Nação, do que, em seu detrimento, votarmos verbas astronómicas para a já referida intervenção no ensino superior, modo de agir condenado na maioria das democracias evoluídas em que o ensino superior é livre.

Vimos a ravés dos anos e gerações negando verbas para o ensino primário e para a recuperação de analfabetos, impedindo-os de se integrarem na sociedade, de evoluirem com a Nação.

O Sr. Juracy Magalhães — Dá ilha para mais um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Pois não.

O Sr. Juracy Magalhães — Tenho duas objecções apenas às vibrantes palavras de V. Exa. Uma é que a única campanha séria para a alfabetização de adultos, praticada no Brasil, foi dirigida pelo nosso correligionário Ministro Clemente Mariani; outra, a de que eu confesso minha corresponsabilidade na estratégia fixada pela UDN neste problema da obstrução.

Empregei as parcas luzes da minha inteligência discutindo-o com nossos companheiros de partido, encarando todos os seus aspectos para, afinal, tomarmos essa decisão. Se V. Exa. entende que a decisão é errada, só me cabe dizer: "feci quod potui, faciant me libera potentes".

Venha V. Exa. com o vigor da sua inteligência, com o brilho da sua cultura, colaborar conosco na escolha de melhor linha de ação para nossa estratégia política, e nosso Partido, de certo, lucrará muito.

O SR. COIMBRA BUENO — Vossa Excelência interpreta o assunto sob aspecto estritamente partidário. Eu o encaro sob aspectos mais gerais e, como já disse, espero esclarecer este aparte de V. Exa., ao retomar o curso do meu discurso de hoje, esclarecendo que não é meu desejo e nem tenho a competência ou pretensão de criticar tais decisões de V. Exa. da UDN ou dos nossos demais partidos.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Exa. não se esqueça de que a Democracia funciona através dos partidos. O que falta no Brasil é consciência partidária. Todos nós, que lideramos correntes políticas, sentimos como é frágil esse apreço, esse apêgo dos brasileiros a um partido político qualquer. E' porque ainda não se criou entre nós a devida consciência partidária. Isto, porém, é uma etapainha militante em política ou partidos. Afinal de uns 60 dias resultou minha eleição vitoriosa; — governei, mantendo no limite de minhas forças, o quase impossível equilíbrio e bom entendimento entre as forças que me conduziram, das atividades profissionais e privadas, para a vida pública. Espero em Deus ter agido, e continuar sempre agindo com lealdade e dedicação. Terminado meu período de Governo aprendi a lição de uma frigerosa derrota nas eleições de 1950. Retornei às minhas atividades privadas, e em 1954 quando estava na Europa, em viagens relacionada com minha profissão de engenheiro civil, fui novamente honrado com a minha escolha como candidato à cadeira que hoje ocupo no Senado Federal, pela mesma Coligação de 46, já com então PSD dissidente transformado em PSP, e mais o apoio da maioria dos Diretórios Municipais do PTB e alguns do PSD.

Vê por ai V. Exa., que a minha esperança de situar-me algum dia numa agremiação partidária, reside num reagrupamento dos partidos em torno das idéias, princípios, programados, que hoje são comuns a todos políticos e realizadores a serem muitos deles, diferenciados por cheias e siglas.

O Sr. Juracy Magalhães — Sabe V. Exa. que foi a adoção do voto proporcional na Constituição, que gerou a multiplicação de partidos.

O SR. COIMBRA BUENO — O que se verifica é um erro, a meu ver, mais da prática da lei, do que do seu texto.

O Sr. Juracy Magalhães — É consequência, entretanto, do dispositivo constitucional; a multiplicidade, leva fatalmente ao "two parties system" (sistema de dois partidos). Assim o voto proporcional conduz, inevitavelmente, à pluralidade partidária.

O eleitor sem consciência partidária vai-se transferindo de um para outro partido, sem maior apreço pelas idéias do programa partidário; mas depois que se fizer a estratificação indispensável no funcionamento da Democracia, os partidos passarão a ter conceituação mais verdadeira e abrigarão eleitores mais conscientes, mas aforados à defesa do ideal partidário.

O SR. COIMBRA BUENO — A explicação é clara. O nobre colega é homem de partido. Nunca tive filiação partidária, sempre fui eleito por Coligação, o que é uma decorrência da existência de 12 partidos, que se aliaram nos planos Estaduais, Municipais e Federal, das maneras mais contraditórias, uma ignorando ou não considerando o que se passa nas outras unidades. Assim, e comum o PSD unido ora com a UDN, ora com o PTB, enfim são habituais as mais diversas combinações entre os doze siglas, em 21 Estados e cerca de 2.500 Municípios.

O Sr. Juracy Magalhães — Na vida democrática brasileira só devia ter lugar para os homens de partido.

O SR. COIMBRA BUENO — De pleno acordo com V. Exa.

O Sr. Juracy Magalhães — Sabe V. Exa. quanto admiro sua cultura e seu patriotismo, mas entendo que V. Exa. deve enfilar-se conosco para fortalecer essa consciência partidária, indispensável ao funcionamento da democracia.

O SR. COIMBRA BUENO — Muito agradeço o honroso convite de V. Exa.; em 1946, numa convenção política realizada em Anápolis, e da qual não tinha sequer conhecimento, fui por unanimidade, e ex abrupto, escolhido como candidato a Governador de Goiás, por uma Coligação que então se concretizou entre a União Democrática Nacional, o Partido Social Democrata e o Partido Republicano. Até então eu nunca tinha militado em política ou partidos. Afinal de uns 60 dias resultou minha eleição vitoriosa; — governei, mantendo no limite de minhas forças, o quase impossível equilíbrio e bom entendimento entre as forças que me conduziram, das atividades profissionais e privadas, para a vida pública. Espero em Deus ter agido, e continuar sempre agindo com lealdade e dedicação.

Terminado meu período de Governo aprendi a lição de uma frigerosa derrota nas eleições de 1950. Retornei às minhas atividades privadas, e em 1954 quando estava na Europa, em viagens relacionadas com minha profissão de engenheiro civil, fui novamente honrado com a minha escolha como candidato à cadeira que hoje ocupo no Senado Federal, pela mesma Coligação de 46, já com então PSD dissidente transformado em PSP, e mais o apoio da maioria dos Diretórios Municipais do PTB e alguns do PSD.

Vê por ai V. Exa., que a minha esperança de situar-me algum dia numa agremiação partidária, reside num reagrupamento dos partidos em torno das idéias, princípios, programados, que hoje são comuns a todos políticos e realizadores a serem muitos deles, diferenciados por cheias e siglas.

Continuarei assim dando, no limite de minhas forças, cumprimento ao único compromisso político que assumi que é lutar incessantemente pela obra de salvação nacional que é Brasília.

A política de retaliação e pulverização dos Partidos democráticos, impossibilitando uma boa articulação prática e consonância com os problemas nacionais, com as aspirações e solicitações do nosso crescimento, é que vem conduzindo aos desentendimentos de hoje. A impressão que posso trazer dos que me elegeram é que não há ninguém satisfeito com a desorientação da Política Nacional que observamos nos últimos tempos. Tem ela dado margem a partidos sem ou com muitas siglas gravitando em torno das inúmeras idéias e programas, que geralmente não são seguidas.

A aglutinação dos partidos em poucas atuações e fortalecidas entidades, grupados em torno de idéias e programas bem definidos e acessíveis à boa compreensão e discernimento do eleitorado, constitui a tese que defendo, desde que vim para o Senado e nela perseverei pois me parece que a manutenção da situação atual contribui mais para a demolição do que para a evolução da democracia no Brasil.

O Sr. Juracy Magalhães — A direção da União Democrática Nacional está inteiramente satisfeita com os resultados da estratégia que fixou para levar o partido ao povo. As caravanas que temos realizado encontram no cerne do nosso partido, que continua imaculado em todas as reuniões do Brasil, receptividade tão grande, entusiasmo tão profundo dos nossos correligionários que estamos satisfeitos com os resultados obtidos,

e convencidos de nos acharmos no bom caminho. Por isso mesmo faltas insistiremos.

O SR. COIMBRA BUENO — Não posso condenar a campanha de democratização que a UDN está levando a efeito no País. Muito ao contrário, merece os maiores encorajamentos, pois os Diretórios de todos os Partidos, nos Estados e Municípios vivem faz muito tempo reclamando contra o fato de os dirigentes nacionais se plantarem no Rio da Janeiro, deixando-os ao desamparo e entregues à própria sorte. Essa assistência, que V. Exa. intona estarem os udenistas levando ao interior e uma das melhores coisas que poderão ser feitas em benefício de qualquer uma das nossas agremiações partidárias.

De modo geral, as Direções partidárias deixam o interior abandonado e de lá só se levariam nas vésperas das eleições eleitorais que antecedem aos pleitos.

O Sr. Juracy Magalhães — A maior autoridade da nossa campanha é exatamente processar-se quando já estamos muito longe das eleições passadas e longe das quais que não de vir.

O SR. COIMBRA BUENO — O edificante exemplo que a UDN dá, estou certo, será, em breve seguido por todos os partidos, a bem do progresso político, do esclarecimento e assistência direta ao eleitorado dos Estados e Municípios; isto porque, toda a ação provoca reação, no caso excelente para o nosso regime.

O Sr. Juracy Magalhães — Por enquanto importa apenas a tentativa da modificação da lei eleitoral.

O SR. COIMBRA BUENO — Feliçio a UDN, a V. Exa. e a Direção Nacional pela feliz iniciativa de darem uma assistência dinâmica e direta aos Estados e Municípios. Se os demais partidos trilharem caminho idêntico, não duvido de que dentro de poucos anos teremos a política nacional sob a responsabilidade de dois ou três grandes partidos gravitando em torno das idéias e aspirações do Povo.

Na presente conjuntura política do País, quando a UDN, o PSD, o PR, o PDC, o PRP e o PL, isto é os noveis 6 partidos ditos conservadores, porque emanaram da direita, toman o caminho do desentendimento generalizado, sobretudo no Senado, então a Democracia começa a perder terreno.

A preservação do regime está exigindo muita compreensão e união de esforços dos homens públicos; a obstrução poderia produzir plenamente seus efeitos, praticada somente e na Câmara dos Deputados, ficando o Senado livre para cumprir sua função precípua de irmão mais velho, mais ponderado portanto, conciliador e para só entrar na liga in extremis.

O Sr. Juracy Magalhães — A UDN não é partido da direita, nem o conservador, nem de classe. Se V. Exa. me pedisse uma definição ideológica, em linhas amplas, diria que é um partido liberal progressista. A classificação do nosso partido, como conservador, eu não a aceio e temo rejeitado sempre que alguém, nas discussões para a defender, alega que a União Democrática Nacional é tão conservadora quanto o PSD.

O SR. COIMBRA BUENO — Não quis dizer conservador; e em abono disto, mas uma vez peço a atenção de V. Exa., para o meu discurso de abril cujas idéias, tendências e programas são muito parecidas, isto é o PSD, o PR, o PRP, o PL e o PDC. Os outros 6 emanaram da esquerda.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Exa. faz menção a partido conservador.

O SR. COIMBRA BUENO — Com tendência para a direita.

SR. Juracy Magalhães — São fazer vencer seus pontos de vista, pois sutilezas de expressão que não ex- eluem a força do pensamento de V. Exa. O nobre colega há de concordar, porém, comigo, em que tenho o dever de não deixar passar em julgado tese que, a meu ver, não é a verdadeira. A União Democrática Nacional pode ser considerada um partido liberal progressista, nunca um partido conservador.

SR. COIMBRA BUENO — Se levámos para um gabinete de trabalho 12 "dossiers" completos contendo os 12 programas, os notícias dos campañas desenvolvidas, e todos os denais comprovantes de atuação dos 12 partidos nacionais, desde a sua fundação, e os contíns serios a uma turma de peítos, para sua análise, creio que ao final de poucos dias nos devolveriam um laudo que resumiria em apenas dois os programas, idéias, tendências e aspirações, que, salvo pequenos detalhes, como o parlamentarismo explícito no L, são hoje comuns aos 12 partidos registrados no TSE.

Assim, o que temos no País, são dois grandes grupos de partidos legalizados que de fato gravitam em torno de dois programas: um que emanou da direita e que os políticos e chefes subdividiram em 6 ramificações que são o PSD, o UDN, o PR, o PDC, o PL e o PRF; o outro que emanou da esquerda e que também os políticos e chefes subdividiram igualmente em 6 ramificações: o TB, o PSP, o PSB, o PTN, o PST e o PRB. O ideal para a evolução democrática seria o reagrupamento dos 12 partidos, hoje com autoridade de pulverizada em poucas e sólidas agremiações, isto sem necessidade de novas leis.

SR. Juracy Magalhães — Se Vossa Excelência levar a discussão para o terreno teórico, direi que, limito no caso brasileiro as tendências gerais fixadas por McIver, para o pensamento jurídico contemporâneo, em três: a conservadora, de que é expressão o Partido Social Democrático; a liberal progressista, de que seria o cerne da União Democrática Nacional e a social trabalhista de que seria a espinha dorsal o Partido Trabalhista Brasileiro. Seria o pensamento geral para uma reestruturação de partidos políticos feita em base inteiramente teórica, mas prática, as formações e extinções de partidos serão determinadas por esse sistema democrático que estamos vivendo, processo que é longo, mas é a única maneira de se chegar ao aperfeiçoamento democrático. V. Ex.^a já me ouviu dizer, desta tribuna: "C'est en forjeant qu'on devient forgeron", é forjando que se aprende a ser ferreiro; é praticando a democracia que se aprende a ser democrata. A luta entre os partidos, ainda um pouco amorfa, criará um clima geral para que eles se reestruitem em bases mais de acordo com a realidade.

SR. COIMBRA BUENO — Com a realidade brasileira, sobretudo acredito que as 2 primeiras tendências gerais citadas por V. Ex.^a evoluirão para uma só: este progresso será acelerado ou mesmo precipitado, no dia em que o social-trabalhismo, se capacitar de sua própria força, agrupar suas siglas, e passar a agir somente por conta própria.

SR. Carlos Saboya — V. Ex.^a permite um aparte?

SR. COIMBRA BUENO — Com prazer.

SR. Carlos Saboya — Deixarei os partidos de lado e me aterei a alguns tópicos da última parte do discurso de V. Ex.^a. Declarou o nobre colega que, se o Partido Social Democrático levasse a questão a capricho, visando demonstrar seu prestígio, acabaria por estimar a União Democrática Nacional e a obstruir.

SR. COIMBRA BUENO — Não disse isso. Afirmei que acabaria por

nós do Senado, estariam ajudando a evolução do caso de uma questão de prestígio pessoal de alguns Senadores, repito, na experiência de outros países, nomeariam inclusive, uma comissão de Senadores e Deputados para examinar detalhadamente o assunto e o Executivo poderia fazer o mesmo, a fim de não fazermos um ensaio primário e uma experiência à custa do analfabeto brasileiro. O que se pode alcançar de um momento para outro, com precipitação e as vésperas de pleitos, não é a recuperação do analfabeto mas sim o seu voto barato, o que não passaria de uma acintosa ofensa a cerca de 40.000.000 de brasileiros desassistidos.

SR. Carlos Saboya — Resta-nos morrer no campo de batalha. O temor da derrota não deve fazer com que recemos na defesa dos lucros que julgamos nobres.

SR. COIMBRA BUENO — Não falei em recuo; falei em estratégia para atingirmos o que interessa: que a reforma da nova lei, se sair que não significa um retrocesso escudado por questão fechada e de prestígio político.

SR. Carlos Saboya — Quanto ao aspecto do voto do analfabeto, V. Ex.^a diz que ele não tem assistência, que está abandonado...

SR. COIMBRA BUENO — E pura realidade.

SR. Carlos Saboya — ... que as verbas são mais destinadas às escolas superiores do que à alfabetização.

Pergunto a V. Ex.^a quem são os responsáveis? Os alfabetizados, alguns

dias quais ocorrem atualmente, os possuidores de comando da República, também eleitos por alfabetizados. Encontrá o sobre coleira solução para a alfabetização, em massa, no país, nos votos concedidos aos analfabetos? Se

dentro do sistema político atual, em que têm acesso ao voto sómente os portadores de certo grau de instrução, vivemos nos desmandando —

como o afirma V. Ex.^a — e elaborando e votando leis com qualquer correspondência com a realidade, brasileira o que sucederia se o analfabeto também votasse? Pergunto ainda: o voto do analfabeto fará com que ele aprenda a ler? Fará com que as verbas destinadas à alfabetização sejam maiores

do que as destinadas às escolas superiores? Relativamente à tese de V. Ex.^a, a Excelência, entendo não ter ela qualquer lógica. Se o analfabeto não pode votar, o razoável seria destinarem-se maiores verbas para a sua alfabetização. Se, no entanto, atualmente os alfabetizados têm o direito de voto e vêm para o Congresso, para o comando da República, por que não votam elas verbas para a instrução dos analfabetos? Se essa elite procede

da maneira paradoxal descrita por V. Ex.^a, como podemos, a esta altura fazer uma deferenciação?

SR. COIMBRA BUENO — Respondo ao aparte de V. Ex.^a; o que eu desejo asseverar é que o problema do analfabeto, no Brasil, vem sendo tratado com desinteresse; e que a percentagem se mantém mais ou

menos inalterada através das eras, colonial, imperial e republicana.

SR. Carlos Saboya — Peço que responda apenas ao seguinte: o voto do analfabeto resolve a questão do analfabetismo, no Brasil?

SR. COIMBRA BUENO — Absolutamente não feri essa questão.

SR. Carlos Saboya — Não disse que V. Ex.^a havia tocado no assunto. A pergunta é minha: o voto concedido ao analfabeto resolve o problema do analfabetismo, no Brasil?

SR. COIMBRA BUENO — De maneira alguma. Procurarei fazer ver a V. Ex.^a, que troquei idéias com diversos Senadores sobre o problema do voto do analfabeto, sugerindo estudássemos a situação de alguns países da América Latina, inclusive o México, para posteriormente, baseados

na experiência desses povos, elaborarmos projeto de lei visando resolver o problema do voto do analfabeto no Brasil, de uma maneira progressiva sem precipitações e partindo da sua recuperando e integrando a sociedade brasileira.

SR. Carlos Saboya — Podemos procurar a solução na lei vigente.

SR. COIMBRA BUENO — Bases, repito, na experiência de outros países, nomeariam inclusive, uma comissão de Senadores e Deputados para examinar detalhadamente o assunto e o Executivo poderia fazer o mesmo, a fim de não fazermos um ensaio primário e uma experiência à custa do analfabeto brasileiro. O que se pode alcançar de um momento para outro, com precipitação e as vésperas de pleitos, não é a recuperação do analfabeto mas sim o seu voto barato, o que não passaria de uma acintosa ofensa a cerca de 40.000.000 de brasileiros desassistidos.

SR. Carlos Saboya — O voto do analfabeto resolve a questão?

SR. COIMBRA BUENO — Em hipótese alguma, com a exceção precipitada de dispositivos com finalidades eleitoralistas. Sou a favor da recuperação do analfabeto; e do seu direito a voto, em tempo oportuno, a ser generalizado no final de um programa, que implicará na inversão de muitos bilhões de cruzeiros no seu preparo e esclarecimento, por todos os meios disponíveis e a base das experiências que já citei vividas por países estrangeiros.

SR. Juracy Magalhães — A recuperação do analfabeto só pode ser levada a efeito através de campanha de educação de adultos conforme promoveu o Ministro Clemente Mariani.

SR. COIMBRA BUENO — Enquanto o analfabeto for tratado como o tem sido, até agora, jamais resolvemos o problema, não interessava as gerações atuais a aplicação de dinheiro, com os analfabetos. O político tem sido muito prático; não tem criado problemas para si mesmo. Assim, tem deixado que a percentagem de analfabetos continue sem alteração. Só mesmo a terceira de voto generalizado, digamos, dentro de dez ou quinze anos, fará com que a Nação e os políticos atuais se convençam da necessidade de inverter os bilhões necessários a recuperação dos analfabetos, reduzindo sua percentagem a um mínimo e tornando-os aptos, assistidos, valorizados e esclarecidos imparcialmente pelo poder público e não como presa, pretendidamente fácil, por aqueles que sonham com aventurismos políticos.

SR. Juracy Magalhães — A campanha a que aludi é contraditória à tese de V. Ex.^a.

SR. COIMBRA BUENO — V. Ex.^a cito apenas um detalhe.

SR. Juracy Magalhães — Não houve espírito egoísta atuando no Ministro Clemente Mariani, quando promoveu a formidável campanha nacional de alfabetização de adultos.

SR. COIMBRA BUENO — Sou testemunha disso.

SR. Juracy Magalhães — É exatamente o que gostaria de ouvir, pois, embora aludisse, pela terceira vez, a essa campanha V. Ex.^a, sobre ela não teceu comentários favoráveis.

SR. COIMBRA BUENO — Sou amigo do Ministro Clemente Mariani e tenho por ele grande admiração, como um dos homens públicos mais retos deste País. Aprecio imenso a luta desenvolvida por S. Exa.

A descontinuidade administrativa no Brasil é fato incontestável, mas não diminui em nada os esforços dos que, como o Ministro Clemente Mariani, traçaram planos, os executaram no limite de suas forças, amam e lutam por nossa terra.

As campanhas periódicas levadas a efeito, não produziram ainda os resultados desejados, por terem sido abandonadas; os analfabetos continuam deixados, como sempre, na mesma situação, constituindo uma das mais elevadas porcentagens do mundo, e completamente incompa-

tível com o nosso progresso em muitos setores.

A questão suscitada, neste momento, no auge de uma crise política, por motivos que entendo de interesse momentâneo, visa trazer o analfabeto para o quadro de votações, sem mais considerações; tal precipitação depois do assunto ter sido prolongado, na Constituinte por muitos parlamentares, que ainda hoje têm assento nas duas Casas do Congresso não poderá prevalecer, no estabelecimento de dispositivos justos, para uma solução radical de um dos problemas mais sérios do País, que é o analfabetismo.

Entendo que voto ao analfabeto deve ser generalizado dentro de um prazo razoável a ser prefixado em Lei... Para tanto o Governo Federal deve atualizar o Plano Clemente Mariani ou estabelecer outro igual ou se possível melhor; um ponto de referência para a ordem de grandeza das verbas a serem atribuídas ao problema do analfabetismo poderá ser a dotação que atualmente é destinada ao Ensino Superior.

SR. Juracy Magalhães — Ao que me consta o atual Ministério da Educação não tem qualquer plano nesse sentido.

SR. COIMBRA BUENO — Seria de desejar que dessemos verbas substanciais para auxiliar o ensino primário global e recuperação do analfabeto a partir do próximo exercício, forçando assim o estabelecimento de um ou dois planos, digamos quinquenais.

SR. Juracy Magalhães — Se V. Ex.^a deseja colocar o problema em campo puramente teórico, é de desejar exista campanha que, na prática, infelizmente não existe. O que interessa, no analfabeto, é o voto inconsciente, para manter no poder forças políticas que não têm resolvido problemas do povo brasileiro; e ao contrário, o infelicitam.

SR. COIMBRA BUENO — Por outro lado, no entanto, o problema do analfabeto precisa ser resolvido. O momento oportuno repito, será por ocasião da votação do próximo Ordem dos ocasiões de apreciar. Será a ocasião de propormos dotações substanciais a fim de serem aplicadas na educação do analfabeto, e progressiva extensão do ensino primário, a todos os nossos cidadãos.

Podemos, inclusive, começar a preparar o analfabeto brasileiro para ao fim de uns dois lustros estar em condições idênticas às do analfabeto da maioria das democracias cidadãs como dando direito de voto ao analfabeto. Esquecem-se, no entanto, os que mencionaram essas democracias, terem muitas delas, menos de dez por cento de analfabetos, quando no Brasil, segundo as estatísticas, mais otimistas registram 50%.

O problema é diverso. Há o risco de se atirar no escuro. Pretende-se, no momento, dar, pura e simplesmente, o direito de voto ao analfabeto, não com o pensamento de recuperá-lo mas de obter o voto barato, expondo a nossa gente rural ao assédio de cabos eleitorais, eleitorais, sem qualquer assistência do Poder Público.

Senhor Presidente, precisamos gastar dinheiro, inverter muitos bilhões para recuperarmos o analfabeto, e ao fim de uns dois lustros, darmos o direito generalizado de voto a todos os brasileiros maiores de idade. Sem qualquer restrição.

SR. Caiado de Castro — Permite V. Exa. um aparte?

SR. COIMBRA BUENO — Com todo o prazer.

SR. Caiado de Castro — Lamento não concordar com V. Exa. nessa parte. Concordaria se, ao mesmo tempo, reformasssemos a Constituição, determinando não dever ele

ser incluída nas Forças Armadas. Os analfabetos são ótimos soldados na guerra; e, hoje, com o Rádio, Televisão e outros meios de que dispomos, podemos perfeitamente dizer com qual partido querem votar.

O Sr. Juracy Magalhães — Peço licença ao nobre orador para entrar nessa peca com meu velho amigo e chefe profissional, General Caiado de Castro. Toda vez que saí do Exército um analfabeto é que o Exército talhou na sua missão educativa, porque existem escolas regimentais destinadas a alfabetizar os brasileiros sem condições mínimas de instrução. Quando o Exército devolve à sociedade um brasileiro...

O Sr. Caiado de Castro — Devolvia.

O Sr. Juracy Magalhães — ... sem estar alfabetizado, é que fa hou nesse ponto específico, deixando de cumprir um de seus deveres fundamentais.

O Sr. Caiado de Castro — Não é propriamente assim, meu caro colega.

O Sr. Juracy Magalhães — É exatamente assim. O Exército não pode deixar de restituir à coletividade brasileira os cidadãos analfabetos que recebeu para o serviço militar, devidamente alfabetizados. Quando o faz é que falhou num ponto específico. E nosso esforço de militares profissionais que somos embora eu da Reserva, deve fazer-se sentir para que nossos companheiros que se mantêm na caserna voltem a dedicar maior atenção a um dos aspectos positivos da Lei do Sorteio Militar propiciando a alfabetização dos nossos patrícios que cumprem o dever do serviço obrigatório, sem as lutas da miséria extremação.

O Sr. Caiado de Castro — Não é propriamente isso. O Exército tem sido o maior colaborador da alfabetização no País; posso dizer o maior pelo contingente extraordinário de analfabetos que conseguiu instruir. Sabe V. Ex.^a que existiam até determinações no sentido de que se o prazo, ao terminar o tempo de serviço, contivesse analfabeto, teria seu tempo prorrogado e o respectivo Comandante responsável pelo seu não-alfabetizado, integrando-o ao analfabeto, com o que não concordei e continuei discordando.

O Sr. Juracy Magalhães — Fui instrutor na Escola Regimental.

O Sr. Caiado de Castro — Justamente. Deve ainda saber o nobre Senador Juracy Magalhães que de alguns anos para cá, possivelmente dez, esse dispositivo, desapareceu. Hoje, com o progresso das Forças Armadas, estão dando grande prioridade ao alfabetizado, deixando de lado o analfabeto, com o que não concordei e continuei discordando.

O Sr. Juracy Magalhães — Essa norma, a que V. Ex.^a alude, no Exército, põe o nobre colega em contradição com a glorificação que fez da atitude dos analfabetos brasileiros nos campos de batalha.

O Sr. Caiado de Castro — Não! Refutarei a observação de V. Ex.^a agora entrando no segundo item do meu aparte, com a permissão do orador. Quando o Exército convoca um cidadão não o obriga a preencher papeleta dizendo se é ou não analfabeto. O convocado vai para as fileiras mesmo como analfabeto. Verificou-se, na última guerra mundial que a inteligência do nosso inimigo era pouco comum e sabe V. Ex.^a tão bem quanto eu, que fomos lutar contra os nossos professores. Recordo-me bem de que quando cheguei à Itália, grande foi o susto que levei ao ser lançado numa frente de batalha cujo comandante era Von Kesseling, meu velho professor. Tudo quanto eu sabia sobre fronteira de batalha aprendera com ele.

Apesar disso os nossos soldados sobressaiaram. O nosso analfabeto correu com as milícias americanas e francesas sempre com vantagem.

O Sr. Juracy Magalhães — Não foram somente os analfabetos.

O Sr. Caiado de Castro — Não. Estou dizendo "inclusive os analfabetos". Mas, esta é outra questão. Se o analfabeto não pode votar, apesar do Rádio e da Televisão, de todo o progresso de que dispõe hoje em dia, então... então nós, parlamentares devemos alterar a Constituição, isentando o analfabeto do Imposto de Renda e do Serviço Militar.

O Sr. Juracy Magalhães — Ouço a sugestão de V. Ex.^a com o maior agrado, e disponho-me a estudar com o nobre colega, uma emenda constitucional para atingir os objetivos de justiça que, neste instante desfralda perante o Senado, em relação aos analfabetos.

O Sr. Caiado de Castro — Precisamos fazer justiça aos analfabetos. Concordo, nobre colega, que se proiba analfabeto de exercer cargo público, mesmo de servente; concordo até com isso. Mas isentarmos esses homens, repto, do Imposto de renda e do serviço militar.

O SR. COIMERA BUENO — Agradeço muito aos nobres Senadores Caiado de Castro e Juracy Magalhães, que sendo dois expoentes das Classes Armadas, produziram bons argumentos para o esclarecimento do problema do analfabeto no Exército.

Prosseguirei no meu discurso.

(Lendo.)
A propósito dos esforços que em prol do novo alistamento já vinham sendo desenvolvidos nos Estados, — peço vênia para ler para o Senado, os termos do apelo que tive a honra de ler em três programas da "Campanha do Alistamento", que iniciamos no mês de junho pelas emissoras de Goiânia — representando todas as correntes políticas de Goiás, isto é, Rádio Clube de Goiás, Rádio Anhanguera e Rádio Brasil Central, apelô este logo a seguir divulgado pelos principais jornais:

"CAMPANHA DO ALISTAMENTO — GOIAS, JUNHO 1957

Após várias trocas de ideias com amigos comuns dos partidos militantes em Goiânia, com todos se mostraram acordes em que é essencial para o progresso democrático do País a substituição dos atuais títulos eleitorais por novos nos termos da legislação vigente, resolvemos lançar uma campanha pelas emissoras, jornais e todos os meios de divulgação, no sentido de Goiás, que recebe Brasília, dar um exemplo e estímulo a todos os demais Estados e Municípios do Brasil, fazendo o imediato alistamento eleitoral de todos os seus homens e mulheres válidos e capacitados, transformando-os em legítimos soldados do regime e como tais, portadores da nova habilitação eleitoral para nos futuros pleitos, fazerem valer a livre vontade do Povo, nas Urnas.

A missão que cabe aos nossos municípios, imediatamente, é dar um exemplo edificante a todo o Brasil de que nossas comunas têm vitalidade, têm espírito de iniciativa e capacidade para reagirem favoravelmente às altas solicitações do regime democrático, colocando, sem maiores delongas, os nossos concidadãos, dentro das condições exigidas pela etapa política do País, do Estado e dos Municípios.

Esta campanha pela atualização dos títulos eleitorais, que inicia agora em Goiás, poderá mostrar a gente brasileira que o nosso Estado é um dos mais politizados do Brasil e está à frente dos grandes acontecimentos e fatos da vida política. Isso, justificando, assim a privilegiada posição de vanguarda da Nova Capital.

A maior dificuldade que hoje apontam no Rio de Janeiro para substituição dos antigos e superados títulos eleitorais reside na obtenção de simples fotografias; aqueles que acusam os habitantes de nossos Municípios de serem incapazes de tirar uma simples fotografia para comprovar sua qualidade de cidadão da democracia, estão dando curso a um quase insulto à nossa gente; nossos Municípios, construindo estradas, campos de pousos, lutando pelo próprio progresso, já era, todos eles, sem exceção, provas cabais de que são capazes de obter ou mesmo improvisar, imediatamente um fotógrafo ou máquina fotográfica, onde cada cidadão a custa de poucos cruzados poderá obter simples fotos de 3 x 4 centímetros.

Em todos os municípios Goianos os prefeitos, os vereadores, os chefes políticos, os comerciantes, os fazendeiros, profissionais, operários, enfim todos os que têm alguma parcela de responsabilidade, devem cerrar fileiras para conseguir a extração dos novos títulos, possibilitando com o trabalho fecundo e patriótico que tal campanha encerra, novas e melhores dias para nosso regime e para o nosso País. E é este o sentido do apelo que hoje fazemos aos goianos, nos seus representantes que vimos trabalhando e lutando, no limite de nossas forças, pelo engrandecimento de nossa terra.

A partir de hoje éste órgão de divulgação, integra-se na campanha do alistamento, imediato de todos os Habitantes dos Municípios de Goiás. Ainda em complemento, da campanha, sugeri a alguns Deputados Estaduais com os quais tive o prazer de avistar-me, em Goiânia, a apresentação de um projeto mais ou menos vasado, nos termos da seguinte minuta:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE GOIÁS

(Sugestão para um projeto de lei)

Art. 1º O orçamento do Estado a partir do exercício de 1958 consignará 1% sobre a receita orçada do ano anterior, para ser distribuída entre os vinte Municípios que, a partir do mesmo exercício, apresentarem maior índice de eleitores inscritos em relação à respectiva população, oficialmente consignada pelo I.B.G.E.

§ 1º O Município colocado em 1º lugar receberá 20% da verba resultante; o 2º 15%; o 3º 10%; o 4º 5%; o 5º 5%; e os demais do 6º ao 20º, receberão cada um 3%.

§ 2º Os prêmios referidos no parágrafo anterior, serão pagos pelo Estado, aos Municípios premiados entre os meses de julho e setembro e serão exclusivamente e comprovadamente aplicados em aquisições de maquinismo e materiais destinados a obras custeadas pelos Municípios.

Art. 2º O disposto no artigo primeiro será aplicado por um período de cinco anos.

Não me insurjo contra reformas, das quais o Brasil está precisando de muitas, sólidas agora, que a Câmara Federal está ultimando a aprovação com expressiva maioria, e em regime de urgência do Projeto-lei, queixa para 1959 a data da transferência da Capital Federal.

Estamos no limiar de uma nova era, mas também na crista de uma crise econômico-social que vem de longe e por vezes chega de possibilidades, momentaneamente que se nem a ver a realidade da iniciativa

privada que, a despeito de tudo, faz de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Goiânia e muitas outras cidades, centros de empolgante progresso, a tal ponto que uma delas — São Paulo — está hoje colocada na vanguarda, como metrópole de maior índice de desenvolvimento, de todo o mundo moderno.

Temos Governos Federal, Estaduais e Municipais que, há muitos lustros, vêm, pouco a pouco, sendo limitados, à fundação de caixas, cuja missão consiste em arrecadar os contribuintes para entregar ao próprio organismo, estatal, cujo pessoal passou de administrador para consumidor da maior parte de verbas. As percentagens absorvidas pela rubrica "Pessoal" crescem assustadoramente, e, em alguns casos, já ultrapassaram de 90% das respectivas receitas. Isto, ainda não provocou um colapso, porque o Brasil está Nação Nova abrigando sessenta milhões — das quais 2/3 improdutivos — tem capacidade para mais de seiscentos milhões, apresentando assim uma potencialidade fabulosa.

E por isto que as iniciativas, como a de Brasília, das Centrais Elétricas, do asfaltamento de milhares de quilômetros de rodovias, da implantação de indústrias básicas e outras, que em verdade constituem verdadeiros saques sobre o futuro, desconcertam nossos doutores em economia e finanças, encontram em resultam financeiramente, viáveis e dependem muito mais da audácia dos Governantes dos Membros dos poderes constituintes, do que de recursos disponíveis ou pré-existentes.

E esta imensidão de País, com reservas colossais, inclusive de quarenta milhões de habitantes recuperáveis, que está inspirando o grande interesse que ora o Brasil está despertando no exterior, e que, já se traduz em centenas de bilhões de cruzeiros somando as economias de milhões de milhões de pessoas, já invertidos ou com versão programada.

Em outras Nações mais madurezas, muitos homens de visão, inspiram confiança e têm sob guarda, colossais reservas de capital, em busca de aplicações seguras, em terras de futuro, à frente das quais apontam o nosso Brasil.

E para não desestimularmos e muito ao contrário, animarmos tais iniciativas, não só as principais, que são as da iniciativa privada — como também as oficiais, ora em curso — que devemos unir nossas forças para superarmos dificuldades, pontos de vista, pessoas e mesmo partidários, e sempre com esforços renovadores, discernirmos, buscarmos e alcançarmos a linha de maior interesse da Nação.

Não tenho pessoalmente quaisquer contra o tão debatido, difamado e superado título eleitoral, por nós todos enterreados há mais de dois anos após exaustivos esforços de todos os Partidos e políticos que, por vezes, apavoraram muitos de nós Senadores; foi com este obsoleto papel que ganhou duas eleições, sempre em posição de situação local dominante, uma para o governo de meu Estado, outra para esta Casa, ambas em coligação de partidos, primeiro com o apoio da UDN, do PR, do PSD, mais tarde PSP e também de parte substancial do PTB.

Mais vale convencer com dificuldade do que vencer com facilidade; precisamos uns dos outros para enfrentarmos, o próximo governo, que, mesmo com acordos generalizados, só será a contento e à tempo, em 1955 e 1956, graças à dedicação, até altas horas da madrugada, de numerosos deputados e senadores, sobretudo dos membros das comissões competentes, bem como de pessoal técnico, administrativo e dos continuos das duas casas; precisamos uns dos outros para enfrentarmos as crises imediatas que tolgem os nossos horizontes sociais, para deixarmos os desamparo, ou pessimismos que se aprofundam a crise de emprego em São Paulo, e de lá se alastrar para outros núcleos de trabalho,

Sr. — precisamos uns dos outros para mantermos bem alto o bom nome das duas casas do Parlamento Nacional, natural e injustamente acusados de erros e omissões, que são muito maiores culpa da evolução natural da Nação e do regime. — do que da atuação dos seus membros, muitos dos quais se esforçam no limite de suas forças para darem bom desempenho dos seus mandatos; — precisamos uns dos outros, para trazermos à banca novos dispositivos legais, ou dinamizar os que já estão em tramitação no Congresso, objetivando profundas reformas na própria estrutura administrativa, para o Governo poder corresponder aos impulsos e solicitações exigidas do nosso progresso; precisamos uns dos outros para oferecermos resistência efetiva às pessoas ou grupos que procuram burocratizar esta Nação, e transformá-la num inferno de parasitismo, desestimulando ou mesmo matando a iniciativa privada, que é a responsável — quase única — por tudo que de bom existe, econômica e sociedade humana, nesta imensidão de terras, que Deus destinou à gente brasileira, que é das melhores d'este planeta; — precisamos uns dos outros para incentivarmos e apoiarmos, com o nosso trabalho, o poder público constituído, em tudo que promover, de bom e útil, pelo Brasil como seja a construção: de novo cérebro para o comando interiorizado da Nação; de novas usinas elétricas para a rápida industrialização do Rio de Janeiro, e de outras regiões povoadas do País; da pavimentação de milhares de quilômetros de rodovias; e inúmeras outras iniciativas vitais.

Ninguém ignora que numerosos Deputados e Senadores do PR, do PSD, do PTE e, de uma maneira geral, de nossos doze partidos democráticos, são individualmente contra a oportunidade da reforma atual e novíssima lei eleitoral antes que produza os seus primeiros efeitos. E aponte, após os pleitos que originar novos caminhos ou dispositivos a serem substituídos ou inovados; muitos parlamentares, apesar de contra, se calam por disciplina partidária, mas, contrafeitos, pois o que desejam de coração é um bom entendimento, que permita aos dois plenários retomarem um ritmo normal de trabalho produtivo.

A questão de prestígio d'este ou daquele partido, d'este ou daquele grupo ou pessoa, não constitui preocupação maior para o Povo, já cansado de retaliações e mais do que ciente de que no final, não haverá vitória palpável ou qualquer conquista substancial; o Povo já aprendeu que a corda arrebenta sempre do seu lado e que esta luta inglória, como tantas outras, lhe resultará numa conta astronómica; sienificará em pura perda, mais no suor e sangue para quem trabalha e produz.

Seria interessante tentarmos uma primeira avaliação do que está reservado ao Povo, em termos de crueldades, como resultado do atual desencontro de pontos de vista entre os parlamentares:

O Sr. Juracy Magalhães — Se V. Ex.^a continua pregando essa ideia acabará no partido único, no estado totalitário, porque a controvérsia é o normal da vida democrática.

O Sr. Novaes Filho — É o que equilibra o sistema.

O Sr. Juracy Magalhães — Exataamente.

O Sr. COIMBRA BUENO — Admito que a controvérsia seja o normal, sobre Senador Juracy Magalhães, mas também admito, — e isso julgo ter razão, porque, na prática, temos obtido bons resultados — que, se tivéssemos evitado a luta aqui no Senado para depois de esgotados os últimos recursos, e abordado mais diretamente a resolução por um acordo, já o teríamos alcançado — como espero que ainda o

seja; • isto como já reiterei, sem prejuízo da própria obstrução, mas somente na Câmara dos Deputados, ao menos no início, nos primeiros dias da pugna.

Assim, eetou também de pleno acordo com o contra-anorte do nobre Senador Novaes Filho ao aparte do Sr. Juracy Magalhães quanto ao fato da controvérsia ser normal na vida democrática. Quanto a outra parte em que V. Ex.^a afirma que se continuar pregando as minhas ideias sóbre os nossos doze partidos, acabrei em partido único. Como já afirmei, lerei no final d'este meu discurso de hoje outro que pronunciarei aqui em abril do corrente ano, para a leitura do qual abelei, uma vez mais, para a sua paciencia, por estar convencido de que nele esclareço completamente o aparte de V. Ex.^a, que sem dúvida encerra assunto da mais relevante importância. Nem em pensamento, poderia admitir partido único.

O Sr. Juracy Magalhães — Vossa Excelência está enganado. A linha de ação que preconiza não deu resultado algum, tanto assim que não chegamos a acordo. Essa linha de luta talvez possibilite clima de entendimento.

O SR. COIMBRA BUENO — Justamente. Interruppi a leitura do meu discurso devido aos apartes — sem dúvida muito interessantes — mas a linha geral da cracão que estava desenvolvendo mostra exatamente que sou otimista em relação à estratégia que preconizo para a solução desse problema, ao passo que o nobre colega, desde o primeiro momento, preferiu atacá-lo diretamente, através do processo democrático da obstrução também no Senado; eu entendo que eu melhor obrariei, somando meus parcos esforços aos nossos amigos que sendo igualmente contrários à reforma nortámos que todos combatemos, alímentam esperanças, de através um trabalho junto aos membros dos demais partidos majoritários, que às dezenas são também contrários à reforma, pudesse ser evitada a impossibilidade do assunto evoluir para uma questão fechada. Isto é de prestígio da maioria, que então, poderia escudar nisto a argumentação para vencer a resistência de seus próprios correligionários.

Creio que ao Senado na sua função eminentemente conciliadora cabe, neste momento, sem prejuízo da obstrução na Câmara dos Deputados, a iniciativa, mesmo que seja árdua, de buscar e encontrar a linha média dos interesses do Povo, dos Partidos e dos políticos em causa, pondo termo aos atuais desentendimentos que, sobretudo agora, estão sendo altamente perniciosos.

O preferível seria ninguém ter se lembrado de propor a reforma eleitoral nesta altura, há pouco mais de um ano do próximo pleito, em plena fase de alistamento intensivo, depois de apenas duas ou três, e por sinal bem sucedidas experiências regionais e assim limitadas, da vigência da nova lei, — e às vésperas de seu primeiro grande teste nacional, por todos nós previsto quando a votarmos, como um novo marco de progresso de nossa democracia.

Mas o mal está feito: a reforma da nova lei está proposta e desencadeou uma luta parlamentar que nos seus primeiros dias, já ameaça o aprimoramento e votação do próximo orçamento e comece a infiltrar-se no ambiente político nacional como um novo fator de envenenamento e desagregação, de prorogação de mandato, e outros expedientes anti-democráticos, óra ensejados.

O ideal, insisto, será num entendimento claro, sem desdouro para ninguém, sem vencidos nem vencedores, adiarmos a tramitação desta reforma para logo após a sua primeira e promissora experiência no âmbito

nacional, e à base dos ensinamentos a serem colhidos na prática, no próximo pleito de 1958.

Em substituição à discussão inócuas e à obstrução poderíamos promover prontamente a instituição de um mês de intensificação do alistamento em que, alternativamente, todos os Senadores e Deputados Federais dos nossos doze partidos, iriam aos Estados somar esforços com os Deputados Estaduais, Vereadores e demais autoridades e políticos, para o imediato cumprimento da lei vigente, que aqui votamos com pleno conhecimento de causa, há cerca de dois anos, depois de exaustivos esforços e bem sucedidos entendimentos.

Se este ideal adiamento da tramitação da Reforma não puder ser atingido, em face das tomadas de posições já feitas, poderíamos alcançar transições de lado a lado, deixando enterrado como está, o velho e ranzinza título eleitoral que de tão difamado já se tornou perturbador e letal. Nós assim rendímos uma homenagem à Imprensa Nacional que, pelos seus órgãos mais representativos fulminou e invalidou a insignificante papeleta que em sa consciência, já não aproveita mais a ninguém.

Todos devem estar lembrados da campanha movida pelo "Correio da Manhã" e inúmeros outros jornais e difusoras desta capital e das nossas principais cidades, com grande penetração e fixação no espírito na massa populacional do País e até do Exterior, contra este título.

Seria mais simples — no caso de não ser alcançado o ideal do adiamento da tramitação da Reforma — buscar-se um acordo, deixando de lado o deserto do mal famoso título, substituindo-o, por exemplo pela própria certidão de idade, que lhe deu origem.

A alegação de que muitos eleitores perderam a sua certidão de idade, cai por terra, ante o argumento também valioso de que igual ou possivelmente, maior número de eleitores desprozou cu perdeu os referidos títulos, há dois anos destinados de qualquer valor, pelos padres competentes.

Alimentarei, até o fim, com o pensamento no Brasil, a esperança de que um entendimento amplo será alcançado. Se prevalecer a Reforma, desde que escolhido o título e outros dispositivos geradores de polêmica, e que não trazem vantagem de lado a lado, ela então poderia ser votada em regime de urgência, para fazer valer dispositivos realmente úteis, como seja o que se refere à destinação de mais trezentos milhões de cruzeiros para, acrescidos os cem milhões já entregues ao STE, facultarem recursos, para aprofundarmos até a data da próxima eleição geral o novo alistamento do Povo Brasileiro. (Muito bem!).

DISCURSO DO SENADOR COIMBRA BUENO, PUBLICADO NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 13 DE ABRIL DE 1957 E LIDO NO PLENÁRIO EM COMPLEMENTO AO SEU DISCURSO DE HOJE:

O SR. COIMBRA BUENO:

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, iniciarrei meu discurso de hoje lendo uma notícia que deparei no "Correio da Manhã" de 11 do corrente, sobre a unificação dos Partidos, notícia tão boa que merece ser confirmada pelos fatos. Eis-lá:

BELO HORIZONTE, 10

Apesar de ainda não haver atingido as esferas oficiais partidárias, a tendência para a unificação em um só partido, dos partidos centristas entre os quais se destacam o PSD, a UDN e o PR, continua ganhando terreno,

nos meios políticos. Raro está sendo o dia em que não se fale no assunto, no sentido de uma coligação de forças para a formação de um novo partido.

A informação dada a esse respeito, pelo Deputado Fernandes Filho, aos jornalistas credenciados na Assembléia Legislativa, envolve o pensamento do Senador Benedito Valadaris, que segundo aquelle parlamentar, se tem manifestado em tese, favorável à ideia, não da formação de um novo partido, mas da união das forças chamadas centristas. — Asp.

Sr. Presidente, nos últimos dias, temos assistido a tremendos, intensos e inóquos debates, relativos à prorrogação de mandatos e votação de licença para importação de automóveis, a inúmeros projetos mais ou menos de favor, que ora tramitam no Parlamento Nacional, e que dão origem a malentendidos e notícias tendenciosas e desprimatoras para o Regime.

Eu face desses fatos, é que novamente volto ao Senado, para renovar as expressões que aqui tenho trazido, relativas à esperança de uma melhoria da reestruturação dos nossos partidos, no sentido de que possam eles cumprir a missão constitucional, que lhes está reservada.

Urge que os partidos se reagrupam e se reestruturam em grandes agremiações Nacionais de modo a ensaiarem para milhões de brasileiros uma raizão elevada, e uma oportunidade indeclinável, de formarem nas fileiras partidárias, como políticos, no bom sentido do termo.

A reestruturação que é inadiável depende mais da boa vontade, da atuação, de usos e costumes. — do que da letra morta de leis, sobretudo novas.

E' indispensável vencer a incompreensão daqueles que se jatam de não pertencerem a nenhum dos partidos. E' necessário mudar essa mentalidade, fazendo com que todos os entes responsáveis se tornem conscientes dos seus deveres políticos e que a indiferença pela sorte dos Partidos passe a ser recusada com um desdouro, desrespeito e um convite aos irresponsáveis, para comporem os quadros partidários. Para salvaguarda do próprio regime, urge que seja encarado de frente o problema de reestruturação dos Partidos, e este é o sentido da minha tese de 1955 que passarei a renovar, com uma pequena contribuição para este magnifico problema.

Talvez a minha concepção seja o fruto das observações e padecimentos de quem, como eu foi arrancado, nos idos de 1946, de um momento para outro, das atividades 100% apolíticas para uma Coligação" composta do "U. D. N.", da "Dissidência do P.S.D.", e do "P.R." de Goiás.

Como prova da situação caótica, oferecida ao povo confundido, ao invés de orientado pelos Partidos alinharemos a seguir os nomes semana, todos, traduzindo lacunas dos Partidos, mesmo significando por vezes, esforços meritórios de brasileiros ansiosos por novos rumos, mas desiludidos dos partidos como atualmente se apresentam.

Além das Alianças, Coligações, Dissidências e outros artifícios já aceitados pelo País, sobretudo às vésperas das eleições, registraram mais as seguintes entidades, ou expressões:

"Frente popular contra a Demagogia"; "Frente de Renovação"; "Frente de Defesa do Povo e da Lei"; "Frente de Combate à Demagogia"; "Frente Popular"; "Frente Popularista"; "Frente Sindical"; "Frente Operária"; "Frente Unica"; "Frente Onze de Novembro"; "Frente 21 de Novembro"; "Frente de Setembro"; "Frente Nacional Patriótica"; "Frente Nacionalista"; "Frente

Trabalhista; — Frente de Defesa do Regime Constitucional; — Frente de Renovação Nacional; — Frente da Pacificação Militar; — Clube da Lanterna; — União das Forças contra o Golpismo; — Liga de Emancipação Nacional; — Movimento Militar Constitucionalista; — Movimento de Renovação Nacional; — Aliança Nacional; — Legião de Outubro; — Bloco Mineiro no Congresso; — Bloco Parlamentar Independente.

Em que pese o fato de algumas de tais entidades, terem sua origem em boas intenções e altruismos, sua proliferação bem como o desvirtuamento e descrédito de muitas delas têm um reflexo desastroso na opinião pública, para o prestígio dos Partidos legalmente constituídos — responsáveis pela estabilidade e evolução do Regime.

Sem prejuízo da legislação em vigor, que é liberal e permite o pluripartidarismo, e, portanto, a coexistência de pequenos partidos entendemos que a época que atravessamos conselha, e que assim, devemos renovar, um apelo aos Senhores Presidentes e Dirigentes de cada um dos doze Partidos Políticos do País, no sentido de promoverem pelos meios ao seu alcance, fusões ou congregações em grandes Partidos Principais em consonância com as idéias e aspirações definidas do Povo Brasileiro.

Constitui uma tremenda injustiça, atribuir-se todos os desacertos públicos apenas aos Presidentes da República e seus auxiliares, — aos membros do Legislativo e do Judiciário. É razoável que os atribuam também e, principalmente, aos Partidos Políticos que, em seu conjunto, não se tem mostrado à altura da nossa evolução política. Na União, no Estado e no Município, os Partidos deviam-se, comumente, superar pelos interesses grupais ou pessoais, diluiram e até atomizaram sua autoridade, perderam substância a tal ponto, que alguns dos princípios não têm sequer uma sede qualquer nas Capitais dos Estados, de onde deviam controlar dezenas ou centenas de comunas. As vezes, em alguns Municípios encontramos sedes de Partidos que não as tem nas Capitals; são quase sempre resultantes de iniciativas individuais isoladas e devidas à devoção partidária de nossa gente.

O Sr. Gomes de Oliveira. — Permita V. Exa. um aparte?

O Sr. COIMBRA BUENO. — Com todo o prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira. — Desejo congratular-me com V. Exa, pelas considerações que está fazendo a respeito dos Partidos. Tenho em mãos o discurso que desejava proferir nesta sessão, mas estou vendo que o tempo não me vai ajudar, embora ajude o plenário. No discurso sobre o assunto dos Partidos não encarei, propriamente, a formação dos Partidos, mas a junção deles, para que se constituam em Partidos de maior vulto o que, sem dúvida, é uma necessidade em nosso País. Procurei ressaltar a importância dos Partidos na vida democrática da Nação. Assim estamos caminhando, paralelamente, dentro das mesmas concepções da vida democrática, ou seja, salientando a necessidade de fortalecimento dos partidos nacionais.

O Sr. COIMBRA BUENO. — Foi muito em ouvir o aparte de Vossa Excelência, momente porque Vossa Excelência tem grande experiência e quando Presidente desta Casa, deu sempre um exemplo, para todos nós, de compreensão partidária, conduzindo-se sempre de maneira impecável e a inteiro contento de todos aqueles que, funcionários ou Senadores, aqui vêm trabalhando e lutando pelo nosso País.

Prossegue o orador:

Muitos dos que hoje ocupam cadeiras no Parlamento foram Governadores, outros foram Prefeitos; todos devem ter um candidato.

vivo na memória, o sem número de problemas políticos que, diariamente, vão estourar nos Palácios, ainda em seu primeiro estágio, sem qualquer preparo prévio, sem qualquer estudo, sem esboço de solução sequer vislumbrada, pelos Partidos Políticos — os casos mais desparatados, grupais ou pessoais, que ocupam o tempo dos administradores e envolvem as soluções dos grandes problemas, num verdadeiro emaranhado de questões, que deveriam ser filtradas pelos órgãos partidários".

O SR. PRESIDENTE. — (Fazendo soar os timpanos). — Permito-me comunicar ao nobre orador que está a terminar a hora do expediente.

O SR. DOMINGOS VELASCO — (Pela ordem) — Sr. Presidente requeiro a V. Exa. consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Coimbra Bueno termine sua oração.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Domingos Velasco.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Esta aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO — Senhor Presidente, agradeço ao nobre Senador Domingos Velasco e à Casa a prorrogação que me concederam para ultimar minhas palavras.

Continua o orador:

"As capitais habitualmente se enchem de esperançosos cidadãos, donos de causas perdidas, que aguardam dias a fio, para afinal, irem combolados por políticos à presença do Presidente ou dos Governadores, para lhe queá-los a uma negativa, ou — o que é pior — a uma promessa protelatória, maliciosa ou não, mas de qualquer forma condenável, expondo ao desgaste a autoridade e os mais altos postos.

E assim que os Partidos exodem aquêles que elegem num dia, para arrasar no outro. Todos prometem e, na hora de cumprirem, transferem pura e simplesmente o encargo para aqueles, cuja obrigação preciosa é administrar com seu pensamento e ação voltados para a coisa pública, distanciando-se dos entrecios, para encarnar e dignificar a autoridade suprema do País, do Estado ou do Município.

E um erro gritante eleger-se um dirigente, sobretudo um religioso, para em seguida, apinhá-lo de solicitações e exigências descalças, abarrotá-lo de problemas insolúveis, deixando-o entregue à própria sorte.

E um absurdo, numa democracia, a ficção, de super-homens, de puritanos intocáveis, de semi-deuses capazes de darem solução a tempo e hora, para tudo e para todos; pelo simples fato de sua elevação ao Poder. Sem quebra de dignidade, liberdade de agir e pensar, e lealdade partidária, o que precisamos é ajudar os dirigentes, do País, dos Estados e dos Municípios a fazer esforços gigantescos para a solução de nossas dificuldades, e não exigir deles milagres impossíveis.

Os Partidos, por não estarem verdadeiramente organizados, passados os pleitos, atrairam tudo, as costas das autoridades constituidas, entraram, em vacâncias, a que uns 120 dias antes dos próximos pleitos, amontoam suas peças e desparam em carreira desabuada, rumo ao novo candidato.

Surgem, então, os acordos de última hora, as improvisações mais esdrúxulas, os apelos aos ditos apóliticos, aos membros das Forças Armadas, e outros, para escudarem sua própria e confessada incapacidade, para solucionar aquilo que constitui as suas funções precípuas.

Partidos há que nem em pensamento cogitam dos nomes dos seus próprios correligionários, para a legítima disputa dos pleitos.

Para um tal estado de coisas, antes de tudo, deve ter contribuído o pluripartidarismo vi-

Talvez a sobrevivência do regime imponha uma tal solução para prevent ou afastar a eventualidade de uma nova e irredissível crise.

Impõe-se como uma medida capaz de fortalecer o regime uma reestruturação e reagrupamento dos Partidos, pela porta das ideias, dos princípios e realizações a serem defendidos.

Aos que desejam inovações, vemos lembrar:

a) que já temos leis de sobre e precisamos apenas de coragem para atuar, enfrentar e solucionar a presente e caótica situação dos partidos, onde residem muitas falhas, periodicamente atribuídas ao regime, que tem costas largas;

b) que as idéias, programas, aspirações nacionais, constam lugares comuns de doze entidades registradas no T. S., confundindo as melhores inteligências e, com maior razão, o eleitorado brasileiro;

c) que as composições, subdivisões, rivalidades, e animosidades, se estendem avassaladoramente nos municípios e destes aos Estados e à União, numa verdadeira cadeia de compromissos e ajustes de ordem pessoal e grupal, que sustentam e desautorizam os quadros direntes dos Partidos.

d) que tais fatos subvertem a disciplina, e subtraem aos seus Presidentes, já de si numerosos, pois só 12, o necessário para tal autoridade e prestígio para talor, atuar e representar as organizações nacionais — hoje numeradas por dezenas de milhares, ou estranhos — que se avoraram em dirigentes partidários.

Necessitamos, no momento, é que os Presidentes dos doze Partidos Nacionais retomem a iniciativa, se reunam, avoquem a si, o direito e prioridade de falar e agir em nome das respectivas agremiações e façam calar as vozes não autorizadas, até que cheguem a resultados concretos e certos de responder aos reagrupando-se fundindo-se em anelos democráticos do povo, torno de idéias, programas e aspirações do Povo Brasileiro.

A coincidência dos atuais partidos nacionais legalizados serem 6 trabalhistas e 6 do centro favorece a iniciativa de reagrupamento em grandes Partidos, de fato e de direito, em obediência às tendências já definidas, mas ainda não atendidas pelos políticos nacionais.

Se os doze lenhos mostram, de per si pouca resistência, e só per milagre ou circunstâncias excepcionais, subsistiram as recentes tormentas, é de bom alvitre que se unam novamente, formando grandes feixos sólidos e consistentes. Só assim os nossos horizontes políticos ficarão definitivamente aclarados e, para sempre tranqüilos, com o regime consolidado, em consonância com a evolução e índole de nossa gente.

A tarefa, repetimos, que cabe agora aos dirigentes políticos, em prol da estabilidade do regime, é o essencial e inadiável reagrupamento de tantos partidos, com suas forças pulverizadas em grandes entidades nacionais, de fato e de direito, mesmo tolerando, como mero uso e costume partidos secundários a exemplo das grandes democracias modernas.

No dia em que partidos diferentes encararem as tendências reais do nosso Povo, o Brasil brasileiro válido poderá ser perdido. Se continuar forte, dan-

Alimentamos esperanças de que os tremendos obstáculos, ameaças, abalos e inseguranças, de que tem sido vítima o nosso regime democrático em evolução, conduzam os dirigentes dos doze partidos atuais a reagruparem, de preferência, em duas grandes agremiações principais, as idéias — tendências e altos interesses nacionais que já situam:

Seis de um lado (inspirados na direita ou centro) e que são: — o Partido Social Democrático (PSDQ); União Democrática Nacional (UDN); o Partido Republicano (PR); o Partido Liberal (PL); o Partido Democrático Cristão (PDC); e o Partido de Representação Popular (PRP).

Seis do outro lado (inspirados na esquerda), e que são: — o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Social Progressista (PSP); o Partido Trabalhista Nacional (PTN); o Partido Social Trabalhista (PST); e o Partido Republicano Trabalhista (PRT).

Partidos Nacionais, como acontece agora com a maioria dos que produzem. O momento impõe um esforço conjunto para salvaguarda e progresso do regime, estabelecendo o prestígio do Poder Público e das nossas autoridades Constituídas nos âmbitos Federal, Estaduais e Municipais.

Devem ser postos de lado os intansientes ou provincialistas, ainda a exemplo dos grandes democatas modernos, crendo, além de dois partidos que habitualmente representam mais de vinte por cento da eleição, existirem pequenos partidos que não prejudicam a ninguém.

E' uma iniciativa digna, mas que merece esforços maiores, pois conduziria a política nacional a diretrizes seguras e calmosas de consolidar o Poder Popular, restando o necessário equilíbrio, e ensejando aos governantes e parlamentares bom desempenho da sua missão de proteção e engrandecimento do País.

Talvez o passo inicial para a eficiência das reformas haja tanto tempo exigidas, do Parlamento e do Executivo, resida nesta providência preliminar: reagrupamento dos doze partidos brasileiros, em torno dos aspirações, tendências e esperanças do Povo Brasileiro.

E' preciso coragem e persistência.

Urge que os Senhores Presidentes e Membros dos Diretórios Nacionais das doze Partidos políticos do País busquem, entre si, uma solução que, limitando o número de partidos, proporcione o seu fortalecimento e crescente prestígio, para uma atuação política impecável, uma eficiente assistência aos Poderes constituidos uma melhor conduta dos futuros pleitos e consolidação do Regime Democrático. (Muito bem).

Sr. Presidente, ainda no "Correio da Manhã", a 10 do corrente mês, deparou-se-me um artigo, que dada a sua oportunidade, lerei, para constar deste meu discurso. Descreve a situação dos partidos no Estado de Minas Gerais um dos mais politizados do País e, no momento, sem dúvida alguma, o mais influente politicamente.

E' o seguinte:

DE MINAS

— Partidos fantasma desaparecem sem deixar saudades;

— No IAPC só entrava quem fosse do PST.

— Do PL sobrou o parlamentarismo na União dos Estudantes.

— Os comunistas compram legendas na véspera dos pleitos.

— Os negócios eleitorais dos partidos-picaretas.

W. M.

BELO HORIZONTE, 6 (Sucursal) — Em Minas, há também os partidos fantasmas, além das organizações regulares, PSD, UDN, PR, PTB, PRP, PSP, PSB, PDC. São legendas que já existiam e por várias razões desapareceram mas que ainda possuem adeptos "ou gente que assim se classifica". No caso estão o Partido Social Trabalhista, o Partido Libertador, Partido Orientador Trabalhista, Partido Republicano Trabalhista. O Partido Comunista pode ser incluído nesta lista, bem como o Partido Trabalhista Nacional. O caso mais típico é o do PST que surge e desaparece com certa frequência. A fase áurea do PST foi no governo Dutra. Vitorino Freire conseguiu alguns postos para elementos seus especialmente no IAPC. E para ingresso nos quadros funcionais do In-

stituto dos Comerciários era indispensável que o candidato pertencesse ao PST. Muita gente que hoje está em glosas postos no IAPC começou ingressando no PST. Nesta época eram prefeitos do PST em Minas os Srs. José Lopes Curi, fiscal do Imposto de Consumo, hoje no adamarino, Júlio Guimarães e Orlando Teodoro Alves, ex-delegado do IAPC. Com a volta de Vitorino ao PSD, o PST sofreu também, e a direção do partido foi parar nas mãos do Sr. Valdemar Diniz Henriques que acabou presidente da COAP, pela anulação da eleição. Mindelo que fora chefe da Polícia em Recife, enquanto Valdeimar era vice-governador, em 1953. O PST foi muito util ao PSD nas eleições de 1954. Como os lugares na legenda presidista para a Assembleia Legislativa estavam todos ocupados e ficassem vagas na chapa do PST, que realmente não tinha elementos para sua composição. No interior do Estado também foram fundados diretórios do PST para abrirem descontos com legendas. Para a Assembleia foram efeitos na legenda pessedista os Srs. Patrus de Souza, Sobatião Antônio, Lourenço Brasil e Wilson Melo Guimarães. Depois de eleitos não se fizeram mais em Partido Social Trabalhista com aqueles elementos que realmente pertenciam ao PSD e nunca o negaram.

Valdeimar na presidência da CCAP entrou em divergência com antigos companheiros seus do PST. E um de seus assessores na COAP conseguiu maioria de assinaturas dos membros do Diretório e obteve do Tribunal Regional Eleitoral a cassação do registro do PST em Minas. Aproveitou a oportunidade para atacar o Sr. Diniz Henriques acusando-o de vender a legenda partidária e não prestar contas do recebido. A disputa dos dois prossegue enquanto Valdeimar foi afastado da direção da COAP. No interior o PST desapareceu como surgiu sem deixar marca ou qualquer fato que assinalasse a sua existência.

O POT

O Partido Orientador Trabalhista não orientava coisa nenhuma nem tinha coloração operária. Era apenas um rótulo. Surgiu no Rio com o construtor Dourado Lopes lançando slogan sobre a candidatura de Canroberti. Em Belo Horizonte teve uma existência pífia. Pichou-se algum muro e escolas de samba apareceram ostentando faixas do POT. A seção mineira do POT desapareceu antes da cassação do seu registro pelo Tribunal Superior Eleitoral.

PARLAMENTARISMO CONSPURCADO

A idéia da instalação do Partido Libertador em Minas surgiu entre jovens da Faculdade de Filosofia, Direito e Engenharia, partidários do parlamentarismo e que na época dominavam a União Estadual dos Estudantes. O Sr. Raul Pila veio a Belo Horizonte, proferiu conferências e estimulou a criação do partido em Minas. Surpreendentemente, porém, a legenda do PL caiu na mão de alguns partidários da política; sem qualquer sensibilidade para os aspectos ideológicos do Partido Libertador. Mesmo assim os jovens parlamentares que haviam iniciado o regime de probeta na União Estadual dos Estudantes entraram a,

movimentar-se no PL, como Eduardo Rio Neto, José Felisberto Fimenta e outros. A presidência do Diretório Regional estava com o Sr. Jacinto Matelino Ferreira. Foi montada uma sede bem organizada com bonitas funcionárias, ficháries, etc. Diretórios organizaram-se no interior. Pela sorte, porém que a legenda tradicional de seu partido esava servida, era necessária não muito confissões e resolveu intervir, destituindo o presidente e dissolvendo o Diretório. Os universitários que a ele se dirigiram inicialmente, aviam o rumo estranho que as coisas tomavam e haviam se afastado. E o PL desapareceu poucos dias antes das eleições de 1954.

PRT-CAMALEÃO

Alguns candidatos a vereador e o caricato Sr. Adão Tadeu que desejava dirigir a Prefeitura estavam no Partido Liberal e ao ver cancelado o registro foram ao Rio e trouxeram autorização para fundar aqui o Partido Republicano Trabalhista. Este PRT tem servido para alguns dos mais estranhos negócios eleitorais. No Rio é refúgio dos comunistas, em São Paulo do prefeito Piza e o seu presidente nacional era o pastor Guaraci Silveira. O Tribunal Eleitoral de Minas não aceitou por irregularidades nas atas o registro do PRT e os seis candidatos não puderam disputar os pleitos em 1954, aqui.

COMUNISTAS SEM LEGENDA

Os antigos militantes do Partido Comunista depois do fechamento não se fixaram em legenda única em Minas. Nas vésperas dos pleitos compram vagas ras chapas de outra agremiação. E apresentam seus candidatos. Assim, em 1954, os vermelhos tiveram candidatos na legenda do Partido Social Progressista, conseguindo eleger um vereador o sapateiro José Luiz Fernandes. Outros candidatos vermelhos foram "peneirados" pela Procuradoria Eleitoral. Antes, em 1950, os comunistas tinham conseguido eleger um representante à Câmara Municipal de Belo Horizonte, o jornalista Orlando Bonfim, na legenda do Partido Socialista. Depois do acordo feito naquele época os socialistas romperam relações com o PCB. Os comunistas continuam atuantes em organizações auxiliares e com o "Jornal do Povo", que está sendo agora publicado semanalmente com boa apresentação gráfica.

Com a aproximação das eleições procurar-se-á ressuscitar a legenda-fantasma dos partidos que só servem para negócios. É uma consequência do regime de pluralidade partidária que continuará vigorante até que uma legislação mais rígida seja fixada para esses casos. Em Minas lamenta-se apenas o desaparecimento do Partido Libertador. Os outros não deixaram saudades.

Sr. Presidente, espero que, transcrito esse artigo no Diário do Congresso Nacional, os Partidos democráticos examinem não só o que se passa no Estado de Minas Gerais, mas, também, nas demais unidades da Federação, promovendo o levantamento das respectivas situações a fim de termos um quadro da situação real das nossas doze agremiações políticas nos 21 Estados da Federação.

Tenho a impressão de que o resultado de tal análise impressionará a Nação, tal o emaranhado em que vivem nossos partidos, ora ligados, ora formando agrupamentos locais,

e muitos sem qualquer seção em muitos Estados resultando de tudo isto, o desprestígio em que, dia a dia, vão caindo.

Se tivéssemos apenas dois ou três presidentes de Partidos, daviddamente prestigiados, não assistiríamos mais, no Parlamento, a êsses debates inócuos, que projetam alguns de nós Parlamentares nas primeiras páginas dos jornais, mas à custa do resto — dado o desprestígio resultante e para as autoridades constituintes e para nós mesmos envolvidos em assuntos secundários, sem consistência, e perturbadores da nossa missão, de trabalhar para a Nação.

O essencial é que tenhamos alguns poucos dirigentes, mas prestigiados pelos correligionários não só no município, como no Estado e no País inteiro, para que assim os partidos possam ser atuantes e seus Presidentes possam com simples declarações desfazer as constantes "tempestades em copo d'água", que aborrecem a gregos e troianos, tal a sua falta de consistência.

Infelizmente, assuntos perfeitamente classificáveis de brincadeira de mau gosto, ocupam por vezes a opinião pública e a atenção de dezenas de parlamentares, em entendimentos que tomam horas e horas de atividade, as quais deveriam ser reservadas para causas mais justas.

Sr. Presidente, é justamente este ponto para o qual venho pedindo a atenção do Senado, sobretudo a dos dirigentes dos Partidos. A Democracia brasileira está impondo o reagrupamento dos Partidos em torno de aspirações, idéias e princípios para que tenhamos homens capacitados de, com apenas algumas declarações, desfazer essas sucessivas ondas de boatos, logo no seu nascelouro, evitando seu curso peçonhento e desprimatoroso para a nossa evolução política.

Sentimos que o País está perfeitamente tranquilo. Nas viagens que vínhamos fazendo às mais distantes regiões, verificamos que o povo trabalha e luta para o nosso engrandecimento; apesar disto, os mínimos incidentes do Rio de Janeiro se refletem na imprensa nacional como verdadeiras ameaças ao regime, que é sólido, e não merece tais desconsiderações, algumas simplesmente desafogadas.

Novamente, encontramo-nos pressos a entrar numa fase de intrigas e retaliações que nada têm de comum com a razoavelmente evoluída democracia brasileira.

Sem qualquer dúvida, todos os homens de bom senso do País, sabem, perfeitamente, que o regime está consolidado, que o poder constituído brasileiro está exercendo plenamente suas funções, e que nada o abalará. Infelizmente, porém, a todo momento, como agora, assistimos alguns órgãos da imprensa da Capital da República procurando criar ambiente artificial de incertezas e inseguranças, que só serve para perturbar a marcha e a tranquilidade dos trabalhos produtivos em que a Nação está empenhada. Acredito, por ter tido ultimamente longos contactos com as Forças Armadas — estagiário que fui da Escola Superior de Guerra — representando esta Casa — que os oficiais conscientes das Forças Armadas brasileiras, mormente agora que o ambiente internacional está toldado, em que nossos pracinhas estão no Egito — estão empenhados nas suas funções precisas, de aprimoramento e engrandecimento da nossa defesa. Pela cabeça de nenhum deles passa, sequer, o pensamento de uma possível perturbação da ordem. O nosso País, felizmente, não se alinha mais entre aquelas, em que as revoluções e quarteladas são cíclicas, possíveis ou viáveis; já vencemos há muito esta etapa do arco e flexa.

A evolução do regime, no Brasil, está, sem dúvida alguma, exigindo

um esforço dos presidentes de partido, para que, aqui, como nas demais nações civilizadas do mundo, surjam dirigentes autorizados para com suas simples entrevistas ou declarações, de homens que comandam de fato e orientam a opinião do País, desfazem as assacadias continuadas contra o regime e a autoridade constituida, quer na União, quer nos Estados ou Municípios.

Ultimando minhas palavras, deixo, uma vez mais, ao fim de dois anos e pouco de exercício nesta Casa, o meu humilde apêlo aos doze chefes dos partidos nacionais, para que tomem a iniciativa, se reunam e promovam solução para este pluripartidurismo nefasto, que está destruindo e fendo a democracia em nosso País.

Como dirigentes, avoquem à si a responsabilidade de melhor orientação política ao País; ditem normas de atuação homogênea e coerente aos seus representantes no Parlamento Nacional para porem término, de uma vez por todas, com esta pulverização da ação dos parlamentares e impedir o curso de inocuidades e a perda de tempo com debates e discussões vazias, que não dizem respeito aos interesses da Nação para cuja defesa aqui vemos, isto é, para trabalhar e produzir em benefício do povo brasileiro. (Muito bem; muito bem. Palmas).

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR COIMBRA BUENO, NA SESSÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 1957 E PUBLICADO NO D.C.N. DE 11 DE SETEMBRO DE 1957, A PÁGINA 2242, E QUE SE REPUBLICA POR INCORREÇÕES.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a propósito da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1957, repete-se hoje, no Senado, o que vimos assistindo há cerca de vinte dias: a protelação da votação de matérias constantes da Ordem do Dia e que já somam algumas dezenas na sua maioria sem importância fundamental para a Nação.

Todos nós, porém, sabemos que, em tramitação, nesta como na outra Casa do Parlamento, existem projetos vitais para a vida do País. Fiz uma estimativa do custo dos primeiros 20 dias de desencontro de pontos de vista, que ora se verifica no Parlamento. Na base de três milhões de cruzeiros por dia útil de funcionamento do Parlamento orga em sessenta milhões a despesa da Nação, até hoje, com essas discussões, que sem um acordo, só poderão resultar em inconveniências para o País.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Pois não.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Admito V. Ex.^a que a única função do legislador é legislar? Admito V. Ex.^a que, nas Casas do Parlamento, não exercemos a alta função de fiscalizar a vida nacional e as atividades do Governo? Admito V. Ex.^a que, ao lado da função técnica de fazer leis, cabe-nos aqui promover amplo e indispensável debate de problemas que estão a exigir nossa participação? Admito V. Ex.^a ser curial que a representação das Oposições, nessa ou na outra Casa do Congresso, silenciasse totalmente diante da tentativa de reforma da legislação eleitoral do País, no sentido de fazê-la retrogradar por muitos anos?

O SR. COIMBRA BUENO — Peço a atenção de V. Ex.^a para o discurso que ontém proferei no final da sessão. Infelizmente, o nobre colega não se encontrava presente. Era, justamente, a minha justificativa para as palavras que V. Ex.^a acaba de formular, pois sem dúvida ne-

nhuma julgo como do Parlamento todas as funções que V. Ex.^a acaba de alinhar.

O Sr. Freitas Cavalcanti — O discurso está publicado?

O SR. COIMBRA BUENO — Creio sairá publicado, depois de amanhã, no Diário do Congresso Nacional. Meu discurso encerra resposta a meu ver conclusiva ao aparte de V. Ex.^a, razão por que peço escusas pelo desejo de prosseguir, agora que disponho de poucos minutos para deixar esta tribuna. Como dizia, os primeiros vinte dias dêstes desentendimentos entre Senadores e Deputados já custaram uns sessenta milhões de cruzeiros. Prevê-se mais trinta dias, teremos cerca de noventa milhões, ficando o custo total em cerca de cento e cinquenta milhões de cruzeiros, importância que, no meu fraco ponto de vista, seria melhormente aplicada em Estados e Municípios desassistidos do interior, para os quais os três milhões do custo de um único dia do Parlamento representam uma verdadeira fortuna e resolveriam grandes problemas locais que desafiam há muitos nos a ação dos poderes públicos.

Uma demonstração de força pode ser realizada pela Maioria — o Partido Social Democrático e seus aliados — fazendo com que haja número, talvez hoje e pela primeira vez, nestes últimos dias. Admito, até que, se o assunto evoluir, como ontem ressaltei, da questão de prestígio político de alguns Senadores e Deputados para questão fechada de prestígio de partido ou de partidos, mesmo esta medida indesejável e censurável do revigoramento dos títulos eleitorais enterrados em 1955 que não está no coração da maioria dos parlamentares — seja do P. S. D., da U.D.N. ou outros partidos democráticos — passe no Parlamento, em detrimento flagrante da evolução democrática do País. Este desentérro do mal famoso título eleitoral, que o Parlamento pelo voto consciente de todos nós, numa campanha em que nos empenhamos por cerca de dois anos, condenou — não deve caminhar para uma questão fechada de Partidos. Essa demonstração de força pode ser feita. Poderá dela resultar uma vitória de Pitto que não convencerá ninguém, porque todos estamos cientes de que, no coração da grande maioria, mesmo de Representantes do próprio Partido Social Democrático não reside o desejo do desentérro desse título há dois anos superado.

Sr. Presidente, a propósito da votação que vem sendo postergada desde o primeiro Projeto da Ordem do Dia de hoje, sugiro aos dirigentes da Maioria e Minoría uma trégua de umas setenta e duas horas, para que os Senhores Senadores possam entender-se sobre a proposição do nobre Deputado Monteiro de Barros, apresentada, na última sexta-feira, dia 8 do corrente, na Câmara dos Deputados e na qual S. Ex.^a ressalta no artigo 1.^º e seu parágrafo, o seguinte:

“... por esta redação ou evidentemente qualquer outra aproximação, porque o que importa é o conteúdo do texto”.

O sentido dos 5 itens propostos pelo nobre Deputado Monteiro de Barros é eminentemente o de buscar-se um melhor entendimento; sendo esta Casa essencialmente revisora e tendo por tradição, obrigação de botar água na fervura, passarei a ler trechos do discurso daquele nobre e brilhante parlamentar:

“Desejosos, nós do Partido Social Progressista, de ver os trabalhos da Câmara retomarem a sua consciência, a sua gravidade, que são os únicos climes em que a Câmara deve e pode tornar-se produtiva, ocorreu-nos, Sr. Deputados, sugerir aos de-

mais Partidos o seguinte: Primeiro: substituir, no projeto ora em exame, o Art. 1.^º e seu parágrafo 1.^º por esta redação ou evidentemente qualquer outra aproximada, porque o que importa é o conteúdo do texto:

“No ato de requerer sua qualificação para alistamento como eleitor, o brasileiro...

— esta expresso “brasileiro” está na lei; a lei não fala em “alistando”.

“Receberá, em cartório, uma fórmula impressa cu datilografada, de acordo com o modelo anexo, na qual escreverá, de seu punho e em presença do escrivão ou do funcionário designado pelo Juiz o seu endereço civil e seu domicílio, datando e assinando tal fórmula”.

Parágrafo único. Todas as mais indicações exigidas pelo artigo 33 da Lei 1.644, de 24 de julho de 1950, que são idade, nome de pai, nome de mãe e outros elementos, todas essas outras indicações serão preenchidas indiferentemente a máquina, ou de próprio punho.

A segunda sugestão seria a modificada do Art. 3.c do projeto substituindo-o pelos artigos 6.c, 7.c e 8.c da Resolução nº 5.438, de 10 de abril de 1957, do Tribunal Superior Eleitoral. Trata-se aqui de substituir o dispositivo que complica o recebimento da indenização das despesas do alistamento por outros dispositivos das Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, em que se determina que tais indemnizações sejam feitas na hora no próprio cartório, ao alistando.

Terceiro: a prorrogação do prazo do alistamento até 31 de julho de 1958, sem multa.

Quarto: a manutenção do crédito existente no projeto ora em exame na Comissão de Justiça para ocorrer às despesas eleitorais.

Quinto: a transformação em lei das instruções do Tribunal Superior Eleitoral números 5.438, 5.235 e 5.488, que são as instruções baixadas depois da última lei.

As sugestões que estou apresentando à consideração dos eminentes Deputados são o núcleo de um entendimento. Evidentemente, o Partido Social Progressista não vem a este tribuna, pela minha voz, possuído agora trabalho perfeito e acada a presença de trazer desde logo, em torno do qual nos podemos entender. Está meu partido apresentando o núcleo de um grupo de idéias em torno das quais este partido supõe e supõe de boa fé, que nos podemos entender, para chegarmos à elaboração de textos que assegurem, depois de aprovados, a continuação da normalidade da vida desta Casa e a sua eficiência. Meu partido, que, de início, tomou posição radical contra qualquer alteração nesta lei, diante do que vem ocorrendo, diante das observações que daqui e dali recebemos, vindas de todos os quadrantes da Nação, sobre a maneira como está funcionando a Câmara Federal, meu partido, repito, resolveu transigir com seu ponto de vista inicial, para vir propor esta solução ainda embrionária, ainda tópica, ainda apenas formulada para receber as sugestões, os aperfeiçoamentos, as burilagens, a lapidação que a possa tornar brilhante, sedutora, aceitável, através de contribuições como esta que ainda agora há pouco

ofereceu o nobre Deputado Mário Palmério.

Sr. Presidente, entendo que estas palavras, pronunciadas na outra Casa do Parlamento, assentam como uma luta ao Senado, cuja função precipua é, justamente, a de revisar os trabalhos da Câmara dos Deputados, bem como a de buscar a linha de maior interesse da Nação, sem paixões, sem colocar na frente das proposições os prestígios de ordem pessoais, ou de Partidos, que não devem vir à baila, ou servirem de pretexto para atuações ou soluções menos felizes. No momento, não se trata de prestígio de Senadores, Deputados, Partidos ou grupos; o que está em luta é a evolução democrática do País e do regime, que cumpre ao Senado, mais do que a qualquer outra instituição da República, defender e resguardar, lutando pelo seu progresso.

Por essa razão, Sr. Presidente, encerro minhas palavras, dirigindo um apelo a meus pares, para se estabelecer uma trégua de umas setenta e duas horas, a fim de buscarmos, no habitual ambiente de boa compreensão e harmonia que sempre gozamos aqui, a linha de maior interesse, neste assunto, fundamental para a nossa Democracia, isto é, a reforma de lei novíssima, que mal produziu seus primeiros e benéficos efeitos, em apenas algumas unidades da Federação. Deputados e Senadores, de volta de seus Estados, afirmaram o bom funcionamento de dispositivos da lei vigente, nos primeiros embates já verificados em eleições municipais. Se a nova lei eleitoral merece retoques, se nesta altura não é mais dado aos membros do Parlamento, sobretudo aos autores do projeto, retirarem ou adiarem a proposição da reforma apresentada — creio ao menos ser possível — e neste particular sou otimista — que os dirigentes dos Partidos no Senado possam entender-se uns com os outros e estabelecer uma trégua nesta Casa do Parlamento Nacional.

Desta trégua, poderão resultar grandes benefícios, mesmo materiais, para o País, como já ressaltei. Quem vive na pobreza, com os habitantes dos Estados e Municípios desassistidos, não pode, em hipótese alguma, aplaudir a manutenção do estado de coisas em que nos encontramos consumindo, sem a esperança de resultados palpáveis, cerca de três milhões de cruzeiros, por dia, do suor e sangue da gente que trabalha e produz neste País. (Muito bem!).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR COIMBRA BUENO, NA SESSÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 1957, PUBLICADO NO C.C.N. DE 11 DE SETEMBRO DE 1957 A PÁGINA 2248 E QUE SE REPUBLICA POR INCORREÇÕES.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Não foi revisto pelo orador) (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, a propósito da discussão do presente Projeto, que já se alonga, devo declarar que, há poucos minutos, encontrei na sala reservada aos Senadores, em amistosa palestra, os Srs. Juracy Magalhães, Presidente da União Democrática Nacional, Benedito Valadars, Presidente do Partido Social Democrático. Como acabo de fazer diante dessas duas altas personalidades do Parlamento Nacional, exerce neste plenário, em mais esta oportunidade, o direito de insistir, principalmente com os responsáveis pela direção de nossos partidos com assento nesta Casa, na sugestão de uma trégua, por umas setenta e duas horas, para, ao invés de atingirmos, dentro de trinta dias, uma vitória gloriosa da Maioria e uma derrota gloriosa da Minoría, alcançarmos rapidamente, por acordo: ou o ideal que é o adiamento puro e simples da votação desta inóportuna reforma, da

gulamenta a profissão de Assistente Social. — (DNC, 10-8-57).

Em 12 encaminha a votação de emenda ao Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1956, (credito) — (DCN 13-8-57). — Na mesma sessão fala sobre o Parecer número 510-57 da Comissão de Justiça, ao Memorial n.º 2-57. — (DCN 13-8-57) — Ainda nesta sessão fala, primeiro, para declarar ter sido exclusivamente pessoal o caráter de sua entrevista à imprensa sobre assunto concernente ao seu Partido e, depois, para expor a conduta do Presidente da República perante os líderes do bloco majoritário na Câmara dos Deputados, relativamente às emendas do Senado ao Projeto que reforma as tarifas alfandegárias. — DCN 13 de agosto de 1957.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Banca Examinadora do Concurso de Assessores de Economia

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1957

As 11 horas do dia 13 de setembro de 1957, na sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, reúne-se a Banca Examinadora do

concurso para Assessor Técnico do Quadro da Secretaria desta Casa do Poder Legislativo, setor de Economia, presentes os Srs. Senadores Alvaro Adolpho, Presidente, e Paulo Fernandes e o Diretor de Serviço Dr. Evandro Mendes Viana. A Ata da reunião anterior é lida e aprovada sem observações.

Após minucioso exame dos trabalhos e títulos apresentados pelos diversos candidatos, a Banca Examinadora atribui-lhes os seguintes pontos:

A — Conjunto de títulos profissionais específicos, até 15 pontos.

Thomaz Pompeu Accioly Borges — 15 pontos

Anselmo Nogueira Macieira — 15 pontos

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 15 pontos

Alberto Almada Rodrigues — 15 pontos

B — Conjunto de títulos profissionais de natureza Geral até 10 pontos.

Thomaz Pompeu Accioly Borges — 10 pontos

Anselmo Nogueira Macieira — 10 pontos

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 5 pontos

Alberto Almada Rodrigues — 5 pontos

C — Conjunto de títulos comprobatórios do exercício de funções pertinentes à especialidade, até 30 pontos.

Thomaz Pompeu Accioly Borges — 30 pontos

Anselmo Nogueira Macieira — 20 pontos

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 30 pontos

Alberto Almada Rodrigues — 20 pontos

D — Conjunto de Trabalhos Originais escritos e publicados, pertinentes à especialidade, até 20 pontos.

Thomaz Pompeu Accioly Borges — 20 pontos

Anselmo Nogueira Macieira — 20 pontos

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 20 pontos

Alberto Almada Rodrigues — 10 pontos

E — Trabalho especializado feito sob controle, até 25 pontos.

Thomaz Pompeu Accioly Borges — 25 pontos

Anselmo Nogueira Macieira — 25 pontos

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 25 pontos

Alberto Almada Rodrigues — 20 pontos

Feita a soma dos pontos, o Senhor Presidente proclama a seguinte classificação:

1.º lugar

Thomaz Pompeu Accioly Borges 100 pontos

Anselmo Nogueira Macieira — 100 pontos

2.º lugar

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 85 pontos

3.º lugar

Alberto Almada Rodrigues — 80 pontos

O Sr. Presidente declara que oportunamente encaminhará à Comissão Diretora o relatório da Banca Examinadora.

Por fim são encerrados os trabalhos, fazendo-o o Muití Cherbina Costa, Oficial Legislativo, classe "M", Secretaria, a presente, a qual é lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente e demais Membros.

Senado Federal, em 13 de setembro de 1957. — *Alvaro Adolpho*, Presidente. — *Paulo Fernandes*. — *Evandro Mendes Viana*.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora, em reunião de 13 do corrente, deferiu o Requerimento n.º 100, de 1957, em que João Francisco da Silva, Motorista, classe "K", solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, num total de 272 dias.

Secretaria do Senado Federal, em 13 de setembro de 1957. — *Luiz Nabuco*, Diretor Geral.

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40